

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

AMANDA TARDIVO RAINHA

Estudo do Sentimento de Culpa na Teoria Freudiana (1892-1924)

Maringá  
2013

AMANDA TARDIVO RAINHA

Estudo do Sentimento de Culpa na Teoria Freudiana (1892-1924)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de concentração: Sujeito e Historicidade

Orientador: Prof. Dr. Helio Honda

Co-orientadora: Prof. Dra. Regina Perez Christofolli Abeche

Maringá  
2013

## FOLHA DE APROVAÇÃO

AMANDA TARDIVO RAINHA

Estudo do Sentimento de Culpa na Teoria Freudiana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

### BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Regina Perez Christofolli Abeche  
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Francisco Verardi Bocca  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC PR

Prof. Paulo José da Costa  
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Aprovada em: 26 de março de 2013.

Local da defesa: auditório do Departamento de Engenharia Civil, bloco D67.

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão para todos aqueles que de alguma forma me inspiraram desde o início de minha caminhada;

A todos aqueles que estiveram presentes (professores, orientadores, supervisores, amigos e colegas);

Aos amigos Rodrigo Daniel Trevizan pelo amor e pela presença nos últimos sete anos; Thainara Granero de Melo pelo estímulo e a crença que depositou em mim e no meu trabalho; Anne Caroline Jimenes de Castro, amiga de todas as horas;

Ao amigo, professor e colega de profissão Marco Antônio Rotta Teixeira pelo incentivo desde a ideia inicial em realizar este trabalho;

Ao meu querido e admirado orientador Hélio Honda que sempre me inspirou;

À querida e também inspiradora co-orientadora Regina Perez Christofolli Abeche;

Aos professores Paulo José da Costa e Francisco Verardi Bocca por comporem a banca de avaliação e realizarem grandes contribuições para o meu trabalho;

À CAPES pelo estímulo financeiro;

Aos meus pais, Rodolfo Luiz Enz Rainha e Eliane Tardivo Rainha, e minhas queridas irmãs, Talita Tardivo Rainha e Mariana Camile Loureiro Rainha, presentes desde sempre;

Ao meu filho, Erick Fernandes Rainha, maior amor e inspiração que eu poderia ter;

À minha terapeuta, Geovana Fulzer Polsaque, pela presença incomparável nestes anos;

Ao meu namorado, Ivan Prizon, pelo apoio e pela presença.

## EPIGRAFE

“Pudesse eu um dia escrever uma espécie de tratado sobre a culpa. Como descrevê-la, aquela que é irremissível, a que não se pode corrigir? Quando a sinto, ela é até fisicamente constrangedora: um punho fechando o peito, abaixo do pescoço: e aí está ela, a culpa. A culpa? O erro, o pecado. Então o mundo passa a não ter refúgio possível. Aonde se vá carrega-se a cruz pesada, de que não se pode falar.

“Se se falar – ela não será compreendida. Alguns dirão – ‘mas todo o mundo...’ como forma de consolo. Outros negarão simplesmente que houve culpa. E os que entenderem abaixarão a cabeça também culpada. Ah, quisera eu ser dos que entram numa igreja, aceitam a penitência e saem mais livres. Mas não sou dos que se libertam. A culpa em mim é algo tão vasto e enraizado que o melhor ainda é aprender a viver com ela, mesmo que tire o sabor do menor alimento: tudo sabe mesmo de longe a cinzas.” (Clarice Lispector em *Aprender a Viver*)

## Estudo do Sentimento de Culpa na Teoria Freudiana (1892-1924)

### RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar um rastreamento do conceito *sentimento de culpa* na teoria freudiana a partir da trajetória realizada por Sigmund Freud em suas obras completas no período entre 1892 e 1924. A partir disso, demonstramos de que maneira este conceito foi construído e se modificou juntamente com o desenvolvimento desta teoria. Para isso, percorremos os escritos freudianos em ordem cronológica de publicação e buscamos compreender, para além de suas manifestações, a origem do sentimento de culpa e seu desenvolvimento em seus aspectos metapsicológicos. Sendo assim, ao final, nos foi possível explicar este tema a partir de seus aspectos econômicos, dinâmico e topográfico, o que nos permitiu, ao nosso ver, proporcionar um melhor aprofundamento e sistematização do tema.

**Palavras-chave:** Sentimento de Culpa. Psicanálise. Sigmund Freud.

## A Study of the Sense of Guilt on Freudian Theory (1892-1924)

### ABSTRACT

This study aimed to perform a trace of the concept *sense of guilt* in Freudian theory from the trajectory performed by Sigmund Freud in his complete works in the period between 1892 and 1924. From this, we demonstrate how this concept was built and changes along with the development of this theory. For this, we examined Freud's writings in chronological order of publication and we seek to understand, beyond its manifestations, the origin of the sense of guilt and its development in his metapsychological aspects. So, in the end, we were able to explain this subject from its economic, dynamic and topographic aspects, allowing us, from our point of view, provide a deeper understanding and systematization of the theme.

**Keywords:** Sense of Guilt. Psychoanalysis. Sigmund Freud.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>16</b>
<b>DELIMITANDO O CONCEITO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>27</b>
<b>O SENTIMENTO DE CULPA NAS OBRAS INICIAIS DE FREUD (1892-1913).....</b>	<b>27</b>
2.1 O SENTIMENTO DE CULPA NA NEUROSE OBSESSIVA (1894-1907).....	28
2.2 O SENTIMENTO DE CULPA E A MASTURBAÇÃO INFANTIL (1909-1912).....	36
2.3 O SENTIMENTO DE CULPA E O MITO DA HORDA PRIMEVA: “TOTEM E TABU” FUNDAMENTA O ÉDIPO (1913).....	38
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>51</b>
<b>O SENTIMENTO DE CULPA NOS TEXTOS METAPSICOLÓGICOS E NA ELABORAÇÃO DA SEGUNDA TÓPICA FREUDIANA (1913-1924).....</b>	<b>51</b>
3.1 ASPECTOS ECONÔMICOS DO SENTIMENTO DE CULPA (1913-1915).....	52
3.2 ASPECTOS LIBIDINAIS E TOPOGRÁFICOS QUE ENVOLVEM O SENTIMENTO DE CULPA (1914-1923).....	53
3.3 COMPONENTES DESTRUTIVOS E A RELAÇÃO DO SENTIMENTO DE CULPA COM O SADISMO E O MASOQUISMO (1919-1924).....	60
3.4 UMA BREVE DEMONSTRAÇÃO DINÂMICA DA INFLUÊNCIA DO SENTIMENTO DE CULPA NO INDIVÍDUO NEURÓTICO (1916-1923).....	64
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>70</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>77</b>



## INTRODUÇÃO

Certa vez, quando já estudávamos o tema deste trabalho, ouvimos uma psicanalista fazer a seguinte citação no IV Congresso Internacional de Filosofia da Psicanálise que ocorrera em Salvador no ano de 2011: “o meu destino segue-me por toda a parte”<sup>1</sup>. Naquele momento não pudemos evitar relacionar esta frase com o nosso objeto de estudo, embora o tema desse trabalho fosse diferente daquele em que a exposição se desenvolvia. Observamos que, ao estudar o sentimento de culpa, temos esta impressão de que sabemos, seja de forma consciente ou inconsciente, o que está por vir (sempre algo de cunho negativo ou destrutivo) e que não temos como escapar de nosso destino uma vez que não é possível abandonarmos também nossa consciência<sup>2</sup>.

Esse raciocínio foi o mesmo que despertou o nosso interesse inicial pelo assunto, época em que começamos a nos questionar de que forma o sentimento de culpa, sentimento que, até certo ponto, é característico da vida em sociedade (aspecto demonstrado nos textos sociais como, por exemplo, *Moral Sexual Civilizada*, *Totem e Tabu* e *O Mal-Estar na Civilização*), ao mesmo tempo que demonstra ser uma consequência importante das organizações sociais por mantê-las, pode trazer também consequências extremamente destrutivas para os indivíduos. De que maneira algo que caracteriza a união dos indivíduos acarreta também nosso próprio mal-estar? Seria fácil buscar respostas para essas perguntas mediante o conceito de ambivalência, afinal, segundo a doutrina freudiana, pulsão de vida e pulsão de morte caminham sempre ao lado uma da outra. No entanto, essa resposta se mostrou insatisfatória para a pergunta em questão uma vez que algo deveria ser acrescentado, para além de uma ambivalência que supomos presente em tudo. Com este compromisso, iniciamos nossa pesquisa neste tema.

---

<sup>1</sup> A seguinte citação é de Voltaire e encontra-se publicada no livro *Correspondence III* que compreende os textos escritos entre 1749 e 1753 pelo autor. A versão a qual a palestrante se refere é da publicação de Paris, Gallimard, de 1975.

<sup>2</sup> Utilizamos o termo *consciência* aqui como tradução de *Gewissen* que, em *O Mal-Estar na Civilização* (2010) é utilizado por Freud como sinônimo de consciência moral. Para Freud a consciência moral é resultado de uma das funções atribuídas ao Super-eu, a saber, “vigiar os atos e intenções do Eu e de julgar, exercendo uma atividade censória” (Freud, 2012, p. 109).

Ao iniciar os estudos sobre este assunto, encontramos, então, como afirma Rinaldi (2001, p. 193), certa “onipresença da culpa”<sup>3</sup> na obra freudiana. Isso porque o conceito de sentimento de culpa, segundo a autora, perpassa toda a obra psicanalítica. Além disso, notamos que, na medida em que Freud desenvolveu seus estudos, o sentimento de culpa adquiriu cada vez mais importância na economia e dinâmica psíquicas do sujeito. Se, a princípio, este conceito surgiu como simples manifestação do sintoma neurótico, presente nas neuroses histéricas, mais tarde, Freud desenvolveu este tema associando-o também com outras psicopatologias específicas, como é o caso da melancolia, e também associou com atos delinquentes e com o masoquismo. E, finalmente, estudando-o a partir da segunda topografia do aparelho psíquico, como sentimento constituinte de todo e qualquer ser social.

Foi por volta de 1930 que a importância do sentimento de culpa atingiu seu auge quando Freud escreveu, em *O Mal-Estar na Civilização* (1992b), que este é o mais importante problema no desenvolvimento da civilização. Além disso, percebemos também, ao acompanhar o desenrolar da teoria freudiana, que este autor se utilizou de duas perspectivas de análise que influenciaram no desenvolvimento teórico do tema em questão, a saber: a ontogenia e a filogenia. Ainda segundo Rinaldi (2001, p. 193):

Se inicialmente o que chamou a atenção de Freud para a questão da culpa foram os sintomas neuróticos, é a desproporção que observa entre a culpa e as ações cometidas [...] que faz com que vá buscar fora dos limites estritos de seu campo as origens dessa culpa que supõe universal, nas origens da humanidade, na origem da cultura.

Nesse sentido, podemos afirmar que Freud foi além de uma compreensão do sentimento de culpa a partir de uma explicação ontogenética, ou seja, uma explicação relacionada com o desenvolvimento do indivíduo, nos proporcionando também a possibilidade de pensarmos em uma herança filogenética da culpa. Este ponto de vista foi desenvolvido com o recurso do mito e da história desenvolvido no texto *Totem e Tabu*, escrito entre os anos de 1912 e 1913<sup>4</sup>, que é conhecido por demonstrar o interesse de Freud pelos temas da Antropologia Social e que serão abordados na sessão 2.3 deste trabalho.

No entanto, como afirma Scliar (2007), a culpa é um tema tão antigo como conflituoso, e isto é demonstrado também nas obras freudianas uma vez que este tema, assim como os demais temas estudados na mesma teoria, não está imune a reformulações. E, por ser um tema recorrente na obra, a apreensão deste conceito é dificultada por estar envolvida em

---

<sup>3</sup> A expressão *onipresença da culpa* é uma expressão utilizada pela autora da qual nos apropriamos neste texto com o intuito de demonstrar que o tema parece estar presente em toda a teoria psicanalítica.

<sup>4</sup> A edição consultada refere-se à tradução realizada pela editora Amorrortu publicadas em 1991.

uma teia conceitual a qual não pode ser tomada isoladamente, o que explicita uma característica da própria teoria psicanalítica.

Nesse sentido, Monzani afirma (1989) que é uma verdade que, olhando para os textos de Freud, notamos em sua carreira teórica uma mudança de posição a respeito de determinados problemas (seja por introduzir, recuar ou retificar conceitos). Sendo assim, acabamos nos deparando com a dificuldade não só de compreender a conceituação da noção de sentimento de culpa nesta teoria como também com a de compreender em que consiste de fato e de que forma se manifesta esse fenômeno nas diferentes patologias e/ou no funcionamento “normal” do psiquismo, demonstrando que o sentimento de culpa, no decorrer do desenvolvimento da teoria freudiana, se torna um elemento do psiquismo e da vida social.

Ao certificarmos-nos dessas questões, fizemos desses nossos objetivos. Fez-se necessário, em nosso trajeto, um estudo mais aprofundado da teoria freudiana afim de que pudéssemos alcançar uma melhor compreensão a respeito do tema, visando compreender o movimento realizado por Freud na construção deste conceito, suas variações desde o conceito de autorreprovações até o uso da diferenciação entre sentimento consciente e inconsciente de culpa. Ressaltamos ainda que a finalidade deste trabalho não consiste em realizar uma simples descrição dos textos em que Freud fala sobre o tema, mas sim de acompanhar o movimento de sua construção, comparando-o em diferentes momentos com seus possíveis acréscimos e recuos.

Sendo assim, se fez necessário que adotássemos uma posição em relação ao trabalho que estamos oferecendo ao leitor. Isto porque, como afirma Monzani (1989), há em Freud um impasse em que seus leitores se posicionam, diante de sua obra, ou como se esta tivesse adquirido a forma de um bloco monolítico, ininterrupto, em que tudo aquilo considerado como pré-psicanalítico pelo próprio autor já apresentasse as origens do que viria posteriormente a se desenvolver como Psicanálise – portanto, como o embrião desta teoria -, ou como se a obra apresentasse uma descontinuidade na forma de rupturas na medida em que Freud acrescentasse conceitos e revisitasse sua teoria, o que resultaria na cisão de sua obra em três partes.

As partes as quais Monzani faz referências são: 1- o Freud neurólogo que aparece desde o início de suas obras até por volta de 1897, época em que é adepto da teoria da sedução; 2- a fase em que Freud supostamente abandona esta teoria, desenvolvendo a primeira tópica, até a publicação de seus artigos metapsicológicos (os quais encontrarão uma reviravolta nos anos 20 com a introdução da questão da pulsão de morte); e, 3- a fase em que surge *Além do Princípio do Prazer* (1992a) e a “substituição” da teoria topográfica pela teoria

estrutural na obra freudiana. Para o autor (1989, pp. 13-14), “ambas as posições (...) são muito difíceis de serem sustentadas. (...) se se observa mais atentamente o conjunto da obra de Freud, assistimos é a um desenvolvimento até um estágio final onde nem tudo é mantido, mas também nem tudo é negado.” Nesse sentido, Monzani (1989) propõe um modelo de trabalho que oferece ao leitor uma tentativa de superar essa dificuldade de leitura da obra freudiana e compreendê-la como um movimento. É isto que nos fala Bocca (2011) em um de seus artigos quando faz referência ao método de estudo proposto por Monzani, recomendando a rejeição de um posicionamento diante das opções apresentadas anteriormente:

Essas devem ser substituídas por uma leitura cuidadosa que reconheceria simultaneamente a presença de uma, digamos, transitoriedade que comporta uma continuidade ao mesmo tempo em que apresenta novidades, deslocamentos e redefinições de muitas de suas intuições fundamentais, tudo isso forjado no embate teórico e clínico. (Bocca, 2011, p. 881)

Partindo desse posicionamento, o objetivo desta obra é compreender o que significa o sentimento de culpa, em seus aspectos dinâmicos, econômicos e tópicos, compreender sua importância e de que forma esse conceito ganha esta importância no desenvolvimento da teoria freudiana. Visa-se entender também quais os avatares dessa significação na trama dos conceitos psicanalíticos, levando em consideração de que forma esse conceito adquire um caráter universal presente individualmente no desenvolvimento do aparelho psíquico dos indivíduos.

Segundo Garcia-Roza (1991, p. 12), estudar a metapsicologia freudiana implica em “refazermos o percurso empreendido por Freud na elaboração de sua teoria”. Por isso, para alcançarmos nosso objetivo, o método desta pesquisa consistiu em investigar este percurso a partir de alguns textos psicanalíticos que de alguma forma permitiram que compreendêssemos o tema da culpa a partir da abordagem psicanalítica, seja por tentar explicar sua manifestação e sua origem, seja por demonstrar a sua participação na dinâmica do funcionamento do aparelho psíquico.

A seleção desses textos foi realizada de acordo com um recorte em relação ao período de textos escritos e publicados por Freud em vida. Sendo assim, buscamos, inicialmente, selecionar os textos entre o período de 1892 até 1924. A finalidade desta seleção inicial foi de abordar os textos iniciais do autor da psicanálise que falam sobre o sentimento de culpa até o período em que o autor desenvolve a segunda tópica do funcionamento do aparelho psíquico, em que este também aborda o tema compreendendo-o em seu caráter universal.

As fontes das obras psicanalíticas utilizadas neste trabalho foram, quando disponíveis, as traduzidas por Paulo César de Souza, publicadas pela Companhia das Letras. Quando não disponíveis, utilizamos a tradução realizada pela Amorrortu Editores, adotando nossa própria tradução nos casos de citações diretas.

Dessa forma, no capítulo 1 o leitor se depara com uma descrição a respeito de diferentes teorias que buscam dar uma explicação para a origem do termo. Buscamos na literatura atual textos que tentaram definir o conceito do sentimento de culpa e explicar sua origem em diferentes abordagens como, por exemplo, no direito, na religião e, de forma geral, na própria ciência psicológica. O objetivo deste capítulo é delimitar o conceito de uma forma geral e demonstrar que ele apresenta sinônimos diferenciados os quais tentamos relacionar ao definirmos o mesmo na teoria psicanalítica.

No capítulo 2, iniciamos nosso percurso pela teoria freudiana. Neste período inicial encontramos que o tema do sentimento de culpa encontra-se associado a diferentes psicopatologias, em especial, a neurose obsessiva sob a forma de autorrecriminações obsessivas. Buscamos compreender, neste capítulo, de que forma Freud compreende, inicialmente, as manifestações do sentimento de culpa, sua relação com a sexualidade (e masturbação) infantil e também a relação do tema com a origem da consciência moral e sua associação com o tema da ambivalência. Para desenvolver este capítulo selecionamos, principalmente, os seguintes textos: *As Neuropsicoses de Defesa* (1894), *Novas Observações sobre as Neuropsicoses de Defesa* (1896), *Atos Obsessivos e Práticas Religiosas* (1907) e *Totem e Tabu* (1913).

No terceiro capítulo abordamos alguns textos anteriores aos textos metapsicológicos, como é o caso de *O Interesse Científico da Psicanálise* (1913) e *O Inconsciente* (1915); alguns textos considerados metapsicológicos, como *Sobre o Narcisismo: uma introdução* (1914) e *Luto e Melancolia* (1915) e outros artigos posteriores como *Considerações Atuais sobre a Guerra e a Morte* (1915), *Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico* (1916), *Uma Criança É Espancada* (1919), *O Eu e o Id* (1923) e *O Problema Econômico do Masoquismo* (1924). Tais textos nos permitiram discutir os aspectos econômicos, libidinais e topográficos que envolvem o sentimento de culpa, assim como observar a relação do mesmo com os aspectos destrutivos do sujeito, alcançando a dinâmica que este envolve nos indivíduos neuróticos.

Com estes capítulos buscamos recobrir a discussão do sentimento de culpa nas duas tópicas freudianas, além, é claro, da dinâmica e da economia. Este recorte permitiu que apresentássemos os objetivos desta dissertação de forma clara e em torno de um eixo e foco

específicos. Sendo assim, não abordamos os textos posteriores aos de 1924 por se apresentarem, em sua maior parte, como textos sociológicos. A inclusão destes apenas incluiria uma espécie de aplicação dos pressupostos sobre a culpa, visando talvez uma generalização em termos sócio culturais, que nosso trabalho pretendeu deixar explícito com o recorte descrito anteriormente.

Sistematizando o que fora alcançado com este trabalho, realizamos, na conclusão do mesmo, uma discussão acerca do caráter universal desse fenômeno. Diferenciamos os sentimentos de culpa consciente e inconsciente (abordados na segunda tópica freudiana) e tentamos deixar claro o movimento existente entre o mundo interno (aspecto psicológico) e o mundo externo (social) no indivíduo que influenciam no desenvolvimento do sentimento de culpa.

Com a finalidade de observar o que já fora escrito sobre o tema, realizamos um levantamento para essa pesquisa em que foi possível encontrar alguns trabalhos publicados que tentaram abordar o tema em seus diferentes aspectos. Muitos dos trabalhos publicados abordavam a culpa e desenvolviam o tema de acordo com as áreas do direito ou relacionavam a mesma com a religiosidade. Outros, esses sim dentro da ciência psicológica, tentavam descrever a importância do sentimento de culpa para o indivíduo. Nesses últimos encontramos o sentimento de culpa sempre abordados de maneira a estarem relacionados com outros temas, exceto por um desses trabalhos que teve, assim como o nosso, o objetivo de estudar o sentimento de culpa na teoria freudiana. Este trabalho, realizado por Gellis e Hamud é denominado *Sentimento de Culpa na Obra Freudiana: universal e inconsciente* (2011).

As demais referências encontradas não abordaram o tema da mesma forma como encontramos neste trabalho. Alguns artigos desenvolvidos de acordo com a abordagem psicanalítica estudaram o tema sempre relacionando-o a outro, ou estudando-o em determinada psicopatologia ou forma de manifestação. Nesses casos encontramos, por exemplo, *O Sentimento de Culpa e a Ética em Psicanálise* (2007), *Sobre o Sentimento de Culpa: uma leitura do “mal estar”* (1996), *O Criminoso por Sentimento de Culpa* (1983), *Desamparo, Culpa e Coragem na Cultura Contemporânea: alguns apontamentos* (2011). Já em relação as dissertações e teses encontradas podemos citar: *Um Estudo sobre o Conceito Freudiano de Pulsão de Morte* (2006) e *Um Estudo sobre a Culpa na Neurose Obsessiva na Teoria Freudiana* (2005). Este material demonstra o interesse de pesquisadores sobre o tema, ao mesmo tempo em que deixa claro que este não fora anteriormente abordado como foi feito neste trabalho.

Nesse sentido, de forma geral, podemos dizer que o propósito deste trabalho foi o de esclarecer de que forma a culpa na psicanálise freudiana ganha diferentes contornos ao longo desta trajetória. E, de forma a nos mantermos dentro dos moldes propostos por Monzani, citaremos, ainda com a finalidade de compreender o movimento entre um texto e outro, os demais textos escritos por Freud nos quais não iremos nos aprofundar. Como já dito, “trata-se de um longo caminhar, feito de avanços e recuos, além de alguns descaminhos” (Garcia-Roza, 1991, p.12).

Concordamos com Monzani (1989, p. 18) que “a obra de Freud é extremamente rica e complexa e uma das primeiras coisas que aprendemos, ao estudá-la, é a movermo-nos com lentidão e precaução.” Em função disso, esta pesquisa não tem a pretensão de compreender todos os temas que estão relacionados ao sentimento de culpa e explorá-los a fundo, mas apenas de seguir o fio condutor descrito anteriormente afim de que este nos permita compreender o desenvolvimento do pensamento de Freud em relação ao sentimento de culpa e ordená-lo de acordo com o que é determinante em cada um dos períodos delimitados, dando foco, como afirma Monzani (1989), a uma análise que poderia ter sido estendida a outros pontos.

Dessa forma, munida da chave de leitura que orienta a produção dessa pesquisa empreendemos uma apresentação cronológica do tema sentimento de culpa a partir das obras citadas anteriormente, analisando, assim, a construção do conceito de sentimento de culpa na teoria freudiana, sua importância e desenvolvimento, possibilitando ao leitor o estabelecimento de bases sólidas pelas quais possa caminhar rumo a um entendimento da teoria psicanalítica freudiana. Com isso, buscamos também fornecer subsídios para o desenvolvimento de pesquisas posteriores que possam ocorrer envolvendo o mesmo tema.

## CAPÍTULO I

### DELIMITANDO O CONCEITO

Iniciamos nosso trabalho com o intuito de encontrar uma definição para a palavra *culpa* que seja satisfatória e nos permita iniciar nossos estudos e guiar nossa pesquisa. Compartilhamos, no início, a dúvida que Singh nos incita em seu livro *Culpa* (2005) em que o autor questiona: “Mas o que é culpa? É uma sensação ou um pensamento, ou um instrumento da sensação e do pensamento? Ou uma coisa, uma força, às vezes interna, às vezes externa, que é mais que o pensamento e a sensação?” (Singh, 2005, p. 6). A mesma dúvida aparece no livro de Moacyr Scliar (2007, p. 37) quando, ao tentar responder à questão, este se depara com a imprecisão do termo:

Mas o que é a culpa? Podemos conceituar a culpa como uma *acusação ou auto-acusação*, por um crime ou uma falta ou ato inadequado, *reais ou imaginários*. Este conceito tem vários “ou” o que é uma evidência de imprecisão. Mas imprecisão é uma constante neste tema tão antigo quanto conflituoso. [grifos nossos]

Em ambos os autores encontramos a dúvida referente tanto à origem quanto à manifestação da culpa. Seria ela interna ou externa? Ela é originária do mundo interno ou vem como uma imposição externa ao indivíduo? É uma imposição ou uma desobrigação do indivíduo? Um sentimento ou uma violação, um ato? Esta inexatidão fica ainda mais acentuada quando, ao buscar uma definição comum para o termo, a mesma dificuldade, acrescida de outras, aparece. Nos próximos parágrafos seguem uma investigação etimológica e outra histórica da noção de culpa com intuito de inserir-nos na discussão psicanalítica do tema.

Citando as diferentes abordagens que podem estar relacionadas com o tema, o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2012, [s.p.]) define a palavra *culpa* apresentando as seguintes concepções:

1 responsabilidade por dano, mal, desastre causado a outrem

2 falta, delito, crime

Ex.: *grande é a c. de quem furta*

3 atitude ou ausência de atitude de que resulta, por ignorância ou descuido, dano, problema ou desastre para outrem

3.1 Rubrica: termo jurídico.

no direito civil, falta contra o dever jurídico, cometida por ação ou omissão e proveniente de inadvertência ou descaso



3.2 Rubrica: termo jurídico.

no direito penal, ato voluntário, proveniente de imperícia, imprudência ou negligência, de efeito lesivo ao direito de outrem

4 fato, acontecimento de que resulta um outro fato ruim, nefasto; consequência, efeito

Ex.: *a inflação é c. da dolarização da economia*

5 consciência mais ou menos penosa de ter descumprido uma norma social e/ou um compromisso (afetivo, moral, institucional) assumido livremente

6 Rubrica: psicologia.

emoção penosa (de autorrejeição e desajuste social) resultante de um conflito (p.ex., entre impulso, desejo ou fantasia e as normas sociais e individuais)

7 Rubrica: religião.

transgressão de caráter religioso e/ou moral; pecado

Como podemos perceber, dentre as várias concepções apresentadas acima, encontramos a *culpa* como falta, omissão, responsabilidade, emoção e transgressão. Essas definições aparecem também nos livros citados anteriormente, em que Scliar (2007) separa didaticamente a culpa neurótica, a culpa religiosa, a culpa moral, a culpa na literatura, a culpa e a lei, e a culpa existencial, a fim de compreender o conceito em cada uma das abordagens em questão. Singh (2005), por sua vez, aborda a culpa no sentido religioso, social, psicanalítico (em suas variedades) e criminoso. Porém, antes de nos aprofundarmos nos diferentes ramos do conhecimento que enredam o tema, nos deparamos com o desafio de encontrar a origem do termo em questão.

Ao buscar a procedência da palavra *culpa* encontramos, segundo o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (Cunha, 2007, p. 233), que este termo deriva-se do latim e surge no século XIII. No entanto, pouco ou quase nada se sabe a respeito do surgimento deste conceito na história da humanidade. Alguns autores, como Oliveira e Castro (2009), e Teixeira (2001), afirmam que a culpa teria surgido com a religião e a ideia de pecado advinda do monoteísmo. Isto porque, segundo eles, não podemos falar em sentimento de culpa nas culturas em que vários deuses eram adorados. Nestas “os deuses aparecem (...) como elemento de justificação dos atos” enquanto “no antigo testamento [em que já é possível falarmos em um único deus], a ênfase dada por Moisés e pelos sucessivos profetas recai sobre a consciência individual do povo” (Oliveira & Castro, 2009, p. 255).

A culpa, para esses autores, e isso nos interessa particularmente, é compreendida como tensão interior, portanto, individual; como sentimento de culpa, só aparece a partir do momento em que os indivíduos passam a se responsabilizar por seus atos. Nas palavras do filósofo francês Voltaire, “que outro freio podia, pois, ser posto a cupidez, às transgressões secretas e impunes, além da idéia de um senhor eterno que nos vê e que julgará até mesmo nossos pensamentos mais íntimos?” (citado por Oliveira & Castro, 2009, p. 255).

Com o monoteísmo e os seus mandamentos, surge, então, um novo estatuto a ser seguido o qual estabelecia, para cada falta cometida, sua punição e/ou expiação. A partir disso, como nos coloca os autores (Oliveira & Castro, 2009, p. 256), “a dureza das palavras, a repressão sistemática dos comportamentos desviantes da Lei e os castigos dele resultantes, foram seus principais traços, fomentando uma consciência culpada”.

Ribeiro, Lucero e Gontijo (2008), no entanto, partindo dos estudos de Benedict (2002) e Dodds (2002) sobre as culturas da vergonha e culturas da culpa<sup>5</sup>, buscam, a partir da leitura das obras de Homero, compreender em que momento histórico podemos afirmar ter emergido, ou melhor, ter encontrado indícios da emergência do sentimento de culpa na Grécia antiga. Notemos que esta data histórica antecede a data inferida nos estudos anteriores (em que a culpa teria surgido com o advento do monoteísmo), o que nos levou a nos aprofundar neste assunto.

Em seus estudos, Ribeiro, Lucero e Gontijo (2008) partem da caracterização do povo grego tal como descrito por Homero em duas de suas obras, a saber, *Odisséia* e *Iliada*. Segundo os autores (2008, p. 126):

[...] as duas grandes narrativas homéricas fundaram a literatura ocidental, e os quatrocentos anos referentes aos acontecimentos por elas narrados acabaram por se constituir como um período histórico: a Grécia Homérica. Tal delimitação histórica, longe de ser fortuita, reflete com justiça o monopólio intelectual da *Iliada* e da *Odisséia* durante um longo período da Antiguidade Helênica.

Sendo assim, e partindo dessas obras, os autores irão caracterizar dois momentos históricos: um primeiro momento, descrito pela obra *Odisséia*, em que o *ethos*<sup>6</sup> homérico é definido como um *ethos* da ação, em que “uma coletividade (...) confere valor às atividades humanas” (Ribeiro, Lucero e Gontijo, 2008, p. 130); e, um segundo momento, narrado na *Iliada*, em que notamos emergir indícios da culpa a partir de certas mudanças históricas que serão brevemente descritas neste trabalho.

As características do homem descrito por Homero na *Odisséia* é, pois, a de um guerreiro, um herói. Sob esta perspectiva, os autores afirmam que o que é avaliado pela coletividade são a eficácia de suas ações e as virtudes ou qualidades que os homens demonstram na busca de tais resultados (Ribeiro et al, 2008). Além disso, nessa época,

---

<sup>5</sup> Tais conceitos serão descritos posteriormente neste mesmo capítulo.

<sup>6</sup> O vocábulo *ethos* remete, de acordo com o texto citado, a dois sentidos originais da palavra, a saber: 1- aos costumes, estilos de vida e ação da coletividade em determinada época; e, 2- aos atos habituais do povo. Ou seja, o *ethos* caracteriza “um modo de ser, um espírito que anima uma coletividade, algo que é característico e predominante nas atitudes de um povo, e que marca suas realizações” (Ribeiro, Lucero e Gontijo, 2002, p. 127).

haveria “uma transposição dos acontecimentos do interior do sujeito para o mundo externo” de forma que “os protagonistas de Homero podiam admitir o erro, uma falta moral, com alguma serenidade, na medida em que se desresponsabilizavam por um ato desonroso (fracasso), de outro modo motivo de enorme e aflitiva vergonha” (Ribeiro et al, 2008, p. 131).

Assim como descrito no texto de Oliveira e Castro (2009), em que não é possível falar de culpa enquanto os deuses justificam os atos dos homens, também não podemos nos referir ao tema ao falar do herói de Homero na *Odisséia*. Isto porque este homem não age pela própria vontade, não podendo, portanto, ser responsabilizado por suas ações. Estas “ora são determinadas por seu destino, ora atravessadas por alguma intervenção externa, o que torna bem mais fácil para ele admitir um erro e pagar por seu ato, em suma, lidar com a vergonha” (Ribeiro et al, 2008, pp. 131-132).

Partindo desse panorama, inserimo-nos no campo da vergonha (em oposição a uma cultura da culpa). Segundo os autores, a antropóloga Ruth Benedict afirma que “as verdadeiras culturas da vergonha seriam aquelas que salientam os imperativos externos para garantir a boa conduta” (citado por Ribeiro et al, 2008, p. 129-130) e, enquanto falarmos de uma vigilância que julga as ações dos indivíduos que são determinadas pelos deuses, não é possível falar em culpa. Para os autores, todos os impulsos dos homens em *Odisséia* “lhes eram alheios, e conseqüentemente, atribuídos a uma origem externa, o que virtualmente impossibilita a interiorização de uma noção de erro ou falta moral” (Ribeiro et al, 2008, p. 132).

Concluimos, a partir desses estudos, que o conceito de culpa utilizado pelos autores está de alguma forma relacionado com o advento da interiorização da moralidade, com a existência daquilo que, posteriormente, iremos denominar *consciência moral*. Nesse sentido, os autores afirmam que “as narrativas homéricas esboçam uma espécie de prelúdio para o nascimento da culpa no período arcaico” (Ribeiro et al, 2008, p. 132). Tal prelúdio estaria relacionado a “uma mudança na relação do homem com os deuses” (Ribeiro et al 2008, p. 133), em que os homens passam a entender, a partir das desgraças que ocorrem com eles, que os deuses ficam ressentidos com a felicidade e êxito humanos. A moralização dessa inveja ou ciúme divinos acabam culminando no medo da vingança dos deuses (medo da punição) e a punição associa-se com o desejo dos homens de atingir realizações para eles mesmos.

Para Dodds (citado por Ribeiro et al, 2008, p. 133) há duas vias de explicações para a ocorrência das mudanças que culminam na transformação das condutas dos homens. Em primeiro lugar, encontramos o desamparo, derivado da miséria deixada pelas lutas que permitiram a emergência de uma grande crise político-econômica. Tal desamparo, por sua

vez, “teve como correlato religioso um sentimento de hostilidade divina” (Ribeiro et al, 2008, p. 134). E, em segundo lugar, aparece a emergência da família como “pedra fundamental da estrutura social arcaica; a primeira unidade organizada, o primeiro domínio da lei” (Ribeiro et al, 2008, p. 134). Neste ponto, a família vem a se constituir como unidade moral em que o filho herdava a dívida moral do pai. Segundo os autores (2008, pp. 134-135), “a idéia de uma culpa herdada e de uma punição adiada é bastante difundida. Essa crença em uma solidariedade familiar pode ter levado à repressão de muitos desejos hostis dos filhos em relação a seus pais.”

Estas mudanças abririam caminho para a emergência de uma cultura da culpa em que passaríamos a supor a existência de uma interiorização de uma ideia de pecado ou falta moral equivalente associada à intencionalidade e responsabilidade dos homens. Segundo os autores, “na culpa todo o acento recai sobre a interiorização de uma consciência moral, e nesse sentido, ela prescinde da crítica alheia para ser experimentada, bastando para isso que determinado ato não esteja em sintonia com a imagem que alguém faz de si próprio” (Ribeiro et al, 2008, p. 130).

Como vemos, tanto na teoria que afirma ter a culpa surgido com o monoteísmo como na que encontra indícios da culpa na Grécia de Homero, este tema é definido como sentimento e, portanto, interno ao indivíduo para que se constitua como tal. Porém, como nos afirma Dodds (2002, p. 55), “devemos resistir a tentação de simplificar o que não é simples”. Vejamos, pois, a partir das concepções estudadas a seguir, se é possível falar de uma culpa apenas no sentido que vem sendo descrito até o momento e, assim, definirmos um denominador comum que permita o desenrolar de nossa pesquisa.

Antes de adentrarmos nas seguintes explicações, é importante ressaltar que, para cada uma das derivações do termo, há também uma justificção, mudando o enfoque de acordo com o ramo do conhecimento ao qual estamos nos referindo. Com a finalidade, então, de delimitar melhor o tema, buscamos conceituar a culpa segundo as abordagens mais conhecidas, quais sejam: a religião, o direito e a psicanálise. Neste propósito, o objetivo é traçar os balizamentos mais importantes em cada uma das abordagens selecionadas, buscando examinar de que forma a culpa é compreendida em cada uma delas. Ao final do capítulo tentamos traçar um ponto de contato entre eles, reconduzindo a um denominador comum que venha servir de âncora ao leitor.

O primeiro sentido a ser descrito é o da culpa segundo o discurso da religião. Ao relacionarmos estes dois assuntos, é inevitável que nos venha à mente a noção de pecado tão presente neste discurso – principalmente, quando nos referimos às religiões judaico-cristãs.

Esta noção, por sua vez, tão arraigada na exposição das ideias religiosas, engloba grande parte da questão da culpa, como veremos a seguir. Deixando de lado, pois, a questão de se a culpa teria surgido com a religião monoteísta ou se, por outro lado, a religião teria emergido com a finalidade de aplacar a culpa já existente nos homens, notemos as duas explicações que encontramos para o nascimento da culpa no sentido utilizado pela religião. Como dito anteriormente, utilizamos como referência para este estudo a religião cristã.

De imediato, no mito da criação do mundo, temos um momento inaugural do tema da culpa no discurso religioso. Corrêa (1998, p. 35) descreve este momento dizendo:

Deus faz os anjos e logo eles se colocam em um dilema. Lúcifer, por inveja, pretende tomar o lugar do pai. Como ele, outros não resistem à tentação perante o mal, caem no pecado e, na sua desgraça, são condenados a um tipo de expiação eterna, passando a ter a marca de uma culpa indelével.

Nesse sentido, a criação do mundo traz a culpa para aqueles que desejaram tomar o lugar do pai e não somente isso. Este desejo acrescido da escolha pelo mal, pela transgressão de uma lei divina em que existe (e deve existir somente) um único deus, leva os anjos a pecar e a consequência do pecado é a culpa. Uma culpa, como diz o autor, indelével, indestrutível, indissipável, caracterizada como uma expiação eterna para aqueles que cometeram a transgressão.

A mesma explicação aparece na descrição de outra criação, a do homem. Este, assim como os anjos, também deseja, e este desejo, quando levado a ato, provocando aquilo que viemos a denominar pecado, explica o nascimento da culpa. Segundo Scliar (2007, pp. 61-62):

Adão e Eva vivem no Paraíso. (...) Existe um único interdito: não podem comer o fruto da Árvore do Conhecimento do Bem e do Mal. (...) Mas o fazem. A frase da serpente ao propor a transgressão ('E sereis como deuses') sugere a motivação, a soberba, coisa que Deus não tolera (...) Diante desta tentação há duas possibilidades: fazer ou não fazer, transgredir ou não transgredir.

E a escolha, mais uma vez, a escolha, de Adão e Eva é a transgressão. Notemos que nesta descrição, da situação dirigida aos homens, há o interdito de forma clara. No entanto, este é ignorado, e a transgressão, mais uma vez, traz a culpa. Nesse sentido, o pecado vem da vontade e, o pecar, como afirma Ferreira Netto (1998, p. 79), "significa dar um passo em falso", ou seja, fazer a escolha errada.

Consideramos, pois, que a culpa no sentido religioso surge do desejo da transgressão de uma norma, seguido pela própria transgressão. Segundo ambas as explicações, a da origem da culpa no mundo e nos homens, esta surge porque podendo decidir entre o certo e o errado,

e sendo responsáveis pelas decisões, alguns anjos e os homens (Adão e Eva) optaram pelo mal, surgindo assim uma culpa consciente.

Notemos que, segundo tal explicação, os anjos e os seres humanos são dotados de livre-arbítrio, podendo optar por cumprir ou não suas próprias leis e normas. Optando pelo mal, afirma Scliar (2007, p. 70), “sabe que está errando, que está violando a lei divina; e, se não sabe, alguém se encarregará de adverti-lo”. No entanto, a explicação deste fenômeno não se encerra neste ponto. Em seguida, nos deparamos com a questão da punição:

O poderoso dedo acusador de Deus aponta para Adão e Eva; não, eles não serão como deuses; transgressores, terão de assumir a condição humana. Depois, o dedo aponta para a saída: caiam fora, a boca livre do Paraíso acabou, daqui em diante é para o homem, ganhar o pão com o suor do rosto, e, para a mulher, dar a luz em meio a dores (Scliar, 2007, p. 63).

A punição, assim como a culpa eterna infringida aos anjos, se impõe também aos humanos. A punição ocorreria, então, como consequência (ou seria parte?) da culpa, em que se passa a carregar uma dívida que, segundo descrito pelo autor, nunca será completamente paga.

Este tema, trabalhado também por Santo Agostinho, um pensador inserido no pensamento cristão, estende-se na idéia de uma culpa originária resultante do pecado original. Este último seria, para o autor, o pecado cometido pelo primeiro homem e pela primeira mulher existentes. A partir disso Agostinho levanta a hipótese de que o conflito entre a carne e o espírito passaria a ser a marca da condição humana. Segundo o autor, “todos morrerão em Adão, porque nele todos pecaram” (Agostinho, 1969, p. 791).

Ao descrever, então, os pecados envolvidos na primeira cena de transgressão humana, Santo Agostinho decompõe cada um dos “erros” cometidos e, a partir disso, falamos em uma culpa universal, aplicável a todos os homens.

Naquele único pecado, que entrou no mundo por um único homem e passou a todos os homens, de forma que até as crianças devem também ser batizadas, podem ser considerados muitos pecados, se o decompormos em certas partes de que consta.

Porque ali houve muita soberba, por ter querido o homem ser mais dono de si mesmo do que estar sob o domínio de Deus; sacrilégio, por não ter acreditado no Senhor; homicídio, por ter se precipitado na morte; fornicção espiritual, pois a integridade da mente humana foi violentada por sugestão da serpente; furto, porque se apropriou de um alimento que estava proibido; e avareza, porque desejou mais do que necessário. Sem dúvidas, houve também algum outro pecado que poderia ser descoberto após diligente exame (Agostinho, 1971, p. 97).

Diante de tantos possíveis desejos e pecados, o homem estaria, sem dúvidas, submetido à culpa. Isso porque, com o pecado original decomposto, se torna mais fácil a concepção de que o homem tenha a sua vontade direcionada para qualquer uma dessas prováveis transgressões. E tendo o mesmo desejo que Adão e Eva tiveram ao comer o fruto, o pecado e, conseqüentemente, a culpa estariam presentes nos homens.

Sendo assim, e considerando que, para Santo Agostinho, o pecado original seria herdado pelos homens, seja por seus corpos ou por suas almas, a culpa, resultante da culpa originária, passaria a ser “uma constante na condição humana, mesmo que a pessoa se ache inocente” (Ferreira Netto, 1998, p. 77). Nesse sentido, a culpa passa a ser vista como um fato de estrutura e, portanto, presente em todos os homens.

Em suma, a culpa no sentido religioso assumirá três elementos, a saber: o desejo, o pecado e a punição. O primeiro corresponde à vontade do sujeito de transgredir alguma norma ou lei divina; o pecado é o ato que coloca em prática a transgressão (em que o indivíduo opta pelo mal); e a punição é a consequência imposta por Deus aos pecadores. Esta seria a explicação para a culpa original, transmitida de geração em geração, afetando toda a humanidade. Supomos, a partir desta, que as demais concepções de culpa surgiriam em decorrência também do pecado, do erro, da desobediência. Mas seria mesmo isso? Passemos para a segunda explicação.

Da mesma forma que a religião aparece com a função de disciplinar a vida das pessoas, na medida em que Deus imporia restrições aos desejos e ações dos sujeitos, o Direito aparece com a finalidade de normatizar as ações dos indivíduos organizados em sociedade, ao fixar leis que acarretam no surgimento de deveres e obrigações. Segundo Féres (1998, p. 137):

O direito positivo reflete os valores de uma sociedade normatizando e normalizando os comportamentos que passam a ser regulados pela lei, sendo considerados normais os que se submetem a ela, contrariamente aos transgressores que são submetidos à pena de sanção.

Assim como na religião tem-se as interdições impostas por Deus, no direito tem-se as leis. O não cumprimento de ambas resultará em transgressão, pecado e/ou erro. No entanto, podemos afirmar que a culpa em ambos os discursos é consequência do desejo e da transgressão?

Segundo a autora, a culpa terá um enfoque específico para cada uma das áreas do Direito (direito trabalhista, civil, penal, etc.), mas, de forma geral, ela afirma que a culpa nesta ciência é:

resultante da transgressão de uma lei, que poderá ser paga ou minimizada pela via da punição. Este é um efeito possível e até desejável, mas que pode

não ocorrer assim em todos os casos, pois a inclusão do sujeito é sempre da ordem do singular. (Féres, 1998, p. 138)

E, continua, “a culpa tomada pelo Código Civil nem sempre coincide com a culpa do sujeito” (Féres, 1998, p. 139). Este raciocínio da culpa como efeito da lei é o mesmo encontrado no raciocínio religioso. No entanto, a culpa como falta cometida contra o dever, por ação ou omissão, difere daquela culpa sentida pelo sujeito. Sendo assim, recorreremos a Scliar para compreender um desses dois sentidos. Segundo este autor:

A culpabilidade é avaliada pelo aparato judicial: o juiz, os jurados, os advogados de defesa e de acusação. O ato pode ser inerentemente mau (*malum in se*), como no caso do assassinato premeditado, ou pode ser um *malum prohibitum*, não necessariamente imoral ou lesivo, mas ainda proibido por causar transtornos ou problemas (...). Uma vez constatada a culpa, a pena será imposta de acordo com disposições judiciais (Scliar, 2001, p. 130).

O mesmo autor complementa, “uma pessoa deve estar na posse de suas faculdades mentais para ser considerada culpada do ponto de vista jurídico ou mesmo moral” (Scliar, 2007, p. 131). Caso contrário, ela não poderá ser considerada culpada. Somente com a possibilidade de livre escolha de suas ações e estando consciente dessas escolhas e optando pela transgressão é que o indivíduo se torna culpado, admitindo o erro ou não, sentindo-se culpado ou não.

A mesma concepção de sujeito que carrega a culpa original e não se sente culpado, mas o é, aparece no sujeito acusado juridicamente e que não admite seu erro ou sente a própria culpa. Entendemos, a partir disso, que a culpa a qual estamos nos referindo é aquela advinda de uma autoridade externa que julga os atos dos homens. Mas, em que casos a pessoa se sentirá, então, culpada? Quando podemos falar em culpa pela via da implicação do sujeito, pela via de sua subjetivação?

Neste sentido, nos respondem Oliveira e Castro (2009, p. 253; grifo dos autores), quando afirmam que “*sentir culpa* (...) difere de ser culpado, ou melhor, do fato de se ter consciência da transgressão de uma norma de antemão estipulada.” A culpa em si é diferente do sentimento de culpa porque este último se caracteriza como uma sensação de pesar que a culpa externa não necessariamente provoca no indivíduo em questão. As duas definições “são unânimes ao declararem a culpa como decorrente de uma violação de princípios pré-estabelecidos, sendo, contudo divergentes no que se refere à existência ou não de um sentimento associado à infração das normas sociais” (Oliveira & Castro, 2009, p. 254). O sentimento de culpa é caracterizado como uma vivência interior.



No sentido moral, o sentimento de culpa seria um dos sentimentos morais que podem aparecer no indivíduo. Segundo Scliar (2007), os sentimentos morais são dois: um positivo, que seria o sentimento de dever cumprido; e outro negativo, o sentimento de culpa. Para este autor, a moral é entendida como:

aquele conjunto de costumes, crenças, valores e normas de caráter coletivo e pessoal, resulta da assimilação, desde a infância, de padrões de conduta transmitidos (ou impostos) pela família, pelo grupo, pela escola, pela religião. A moral responde fundamentalmente à pergunta: o que é bom, o que é mau, o que é certo, o que é errado? (Scliar, 2007, p. 49)

Com a internalização da moral, o sentimento de culpa resultaria “de uma avaliação interna, equivocada ou não” (Scliar, 2007, p. 52). Notemos que nesta concepção não precisamos necessariamente de uma ação. Pode-se sentir culpa em função de uma avaliação de uma intenção e não somente da ação. Entramos no campo em que a ação não é mais imprescindível para o surgimento da culpa.

Parece que encontramos um denominador comum na concepção de culpa nos âmbitos da religião e do direito. Em ambos os casos, a culpa surge em função da transgressão de uma lei ou norma e demanda uma punição, não necessariamente da forma como ocorre no sentido moral. No entanto, a explicação da culpa na psicanálise lacaniana vem dar outro sentido a nossa compreensão. Isso ocorre porque, na psicanálise lacaniana, “diferentemente de Agostinho, que ligava a culpa ao mal, Lacan a liga ao bem. Explica que os bons cristãos não podem mesmo viver tranquilos, porque estão sempre se empenhando em fazer o bem (dos outros), o que só pode produzir culpa e catástrofes interiores” (Ferreira Netto, 1998, p. 78). Para o autor, há ainda uma divergência enorme entre a culpa religiosa e o sentimento de culpa inconsciente (estudado pela psicanálise lacaniana).

Enquanto para Santo Agostinho e para o cristianismo, em geral, *a culpa é a consequência de ceder ao próprio desejo*, no sentido de seguir o mesmo desejo, para a psicanálise, mais explicitamente para Lacan, *‘a única coisa da qual se pode ser culpado é de ter cedido de seu desejo’*, isto é, não seguir o seu desejo (Ferreira Netto, 1998, p. 79; grifos do autor).

Percebemos a partir das três conceituações descritas anteriormente que o tema, em seus variados ramos, envolvem uma grande gama de conceitos que são necessários para compreendê-lo. Nesse sentido, nos diz Singh (2005, p. 8):

O enredo típico que consubstancia essa matriz começa com uma pessoa moralmente capaz e responsável que planeja e executa um ato que transgride uma norma ou uma lei – moral, civil ou criminal – da sociedade, que por sua vez se definiu em parte pela instituição dessas normas ou leis em meio às quais aquela pessoa vive. Idealmente, as leis e as normas são produto do

diálogo livre de cidadãos livres, e o seu propósito é permitir o aprimoramento livre de todos.

Como vimos, nem todas as conceituações estão de acordo com esta definição. Podemos afirmar que isto ocorre porque a palavra culpa é patrimônio da humanidade e, nesse sentido, encontramos diferentes abordagens que enfatizam cada uma delas determinadas características a respeito do tema. No entanto, a partir dessas definições, se mostra difícil obtermos uma definição uniforme. Sendo assim, manteremos tal conceituação em aberto até o final dessa pesquisa, sustentando a angústia gerada ao estudar um tema difícil de conceituar e que se mostra tão pouco compreendido. Além disso, esperamos que este trabalho traga alguma contribuição neste sentido, visto que a psicanálise freudiana fez-se importante em razão das inovações que trouxe para as formas de pensar temas da humanidade em geral.

Partindo deste ponto de vista, temos que a perspectiva em que Freud irá abordar a questão da culpa traz inovações na medida em que toda a trama conceitual da psicanálise, baseada, principalmente, na questão do inconsciente, muda os pontos de vista sobre as relações dos homens com os outros e consigo mesmo. Assim, a culpa, no desenvolvimento da teoria psicanalítica, surge, em relação às demais ciências e à religião como uma tentativa de compreender esse fenômeno individual e social ainda pouco compreendido na história da humanidade partindo daquilo que podemos denominar como sendo um estatuto metapsicológico da psicanálise.

É importante ressaltar que, cientes das diferenças, aqui apontadas, existentes entre a culpa e o sentimento de culpa, optamos por analisar o sentimento de culpa, ou seja, a questão do entrelaçamento da sensação de pesar associada a uma ação julgada inadequada por seu executor. Embora Freud também não deixe claro quando se refere à culpa ou ao sentimento relacionado a esta, estudaremos, sempre que necessário, ambos os conceitos, buscando diferenciá-los quando nos parecer apropriado e claro para o próprio autor, com a finalidade de compreendermos tal sentimento. O objetivo de abordar a culpa em nosso trabalho decorre do fato de que esta acrescenta aos nossos estudos entendimentos para a delimitação do fenômeno psicológico que ocorre no indivíduo quando este é acometido pela vivência interior.

## CAPÍTULO II

### O SENTIMENTO DE CULPA NAS OBRAS INICIAIS DE FREUD (1892-1913)

Com a finalidade de iniciar a apresentação cronológica do tema do sentimento de culpa na psicanálise freudiana, iniciamos o estudo a partir dos textos iniciais publicados pelo autor. Percebemos que desde os estudos iniciais de Freud sobre a histeria podemos encontrar o tema da culpa como manifestações dos sintomas histéricos e que esta surge sob a forma de autocensura, autopunição, vergonha e autorrecreinação. É importante ressaltar que tais conceitos não são sinônimos, embora, apresentem um aspecto comum, a saber, tais fenômenos psíquicos são vistos, desde o início dos trabalhos de Freud, como fruto de um desejo ligado à sexualidade.

Esta ideia se encontra no ensaio *Um Caso de Tratamento por Hipnose Bem Sucedido* (Freud, 1992c), escrito entre os anos de 1892 e 1893, em que o autor desenvolve a hipótese de que ideias antitéticas, ou seja, contra as intenções conscientes do sujeito, são ideias perturbadoras e a própria causa das neuroses. A partir deste texto, e mesmo antes dele, Freud dedicou alguns outros escritos visando compreender a etiologia das neuroses e afirmou, de um modo progressivo, ser a vida sexual do paciente o aspecto responsável pelas ideias e afetos perturbadores.

No entanto, foi ao desenvolver seus estudos sobre as neuropsicoses de defesa, no ano seguinte, que podemos considerar que Freud deixou de apresentar a culpa apenas como manifestação dos sintomas neuróticos e buscou dar uma explicação da gênese do sentimento de culpa no indivíduo (especificamente no neurótico obsessivo) a partir da explicação sobre a etiologia das neuroses. Nesta época, as neuroses eram entendidas separadamente em dois grupos: as neuroses atuais, as quais apresentam uma origem sexual recente, e as psiconeuroses de defesa, que também apresentariam uma etiologia sexual, porém relacionada às fases iniciais do desenvolvimento infantil.

Partindo, pois, dos estudos sobre as neuropsicoses de defesa, buscaremos apresentar neste capítulo de que forma se deu a emergência do sentimento de culpa no neurótico obsessivo e como podemos compreender as manifestações deste sentimento nessa neurose. Para tanto, este capítulo foi organizado da seguinte forma: iniciamos a discussão sobre o sentimento de culpa na neurose obsessiva baseados principalmente a partir de três textos, a saber, *As Neuropsicoses de Defesa* (de 1894/1991a), *Novas Observações sobre as*

*Neuropsicoses de Defesa* (de 1896/1991b) e *Atos Obsessivos e Práticas Religiosas* (de 1907/1992c), em que Freud inicia a discussão sobre a culpa como consequência de uma inconciliabilidade de representações e, no último texto, inicia a discussão sobre sentimento inconsciente de culpa (traduzido também por consciência inconsciente de culpa). Em seguida, abordamos brevemente textos em que podemos relacionar a masturbação como fator relacionado com a emergência de tal sentimento. E, por fim, abordamos o texto *Totem e Tabu* (de 1913) em que Freud desenvolve as questões que já vem discutindo e acrescenta a questão da ambivalência, relacionando os temas do tabu e da neurose obsessiva e esclarecendo este tema. Para encerrar o capítulo, apresentamos algumas considerações com a finalidade de relacionar os pontos desenvolvidos nos textos selecionados.

### **2.1 O sentimento de culpa na neurose obsessiva (1894-1907)**

Em 1894, no texto *As Neuropsicoses de Defesa* (1991a), notamos uma tentativa por parte de Freud de conciliar os seus interesses neurológicos com as investigações psicológicas que vinham sendo realizadas até então. Neste texto, Freud elaborou uma hipótese de trabalho em que as neuroses histéricas, obsessivas e fóbicas e alguns tipos de psicoses, como as paranoias, possuem um ponto comum para se desenvolverem. Em função deste ponto comum, Freud as agrupa e classifica como neuropsicoses de defesa. Segundo o autor (Freud, 1991a, p. 49):

esses pacientes por mim analisados gozaram de saúde psíquica até o momento em que houve uma *inconciliabilidade em sua vida de representações*, a saber, até que se apresentou ao seu eu uma vivência, uma representação, uma sensação que despertou um afeto tão penoso que a pessoa decidiu esquecê-la, não confiando em seu poder de resolver com o seu eu, mediante um trabalho de pensamento, a contradição que essa representação inconciliável opunha a ele (grifos do autor).

Tais observações realizadas no início dos estudos sobre as neuroses fundamentaram a teoria do recalque ou da defesa, a qual acabou sendo a pedra angular sobre a qual se apoiou toda a teoria psicanalítica. Segundo o mecanismo descrito anteriormente, a defesa consiste no investimento de energia em ideias que podemos acessar conscientemente e na retirada de investimentos em ideias perturbadoras, permitindo o recalque. Este processo ocorreria, portanto, quando as representações apresentassem um aspecto repugnante para a consciência e, por isso, precisassem ser esquecidas. Porém, não somente as ideias, mas os afetos também poderiam ser objetos da defesa.

Portanto, com a suposição sobre as ideias inconciliáveis, Freud desenvolveu a hipótese de que as representações incompatíveis sofrem um desligamento de afeto. A partir disso, o afeto passa a ser entendido como uma soma de excitação que pode levar o indivíduo a diversas reações patológicas, como é o caso da conversão histérica ou das representações obsessivas, que surgem a partir do vínculo deste afeto desligado com outras representações.

A ideia de inconciliabilidade a qual Freud se refere advém, segundo Hans (1996, p. 283), dos termos alemães *unvereinbar* e *unverträglich*:

para designar a “incompatibilidade” entre conteúdos, mas [...] o termo *unverträglich* geralmente evoca “intolerabilidade” e “inassimilabilidade” (“ingestibilidade”), ao passo que *unvereinbar* (não unificável) destaca a “inconciliabilidade” e a “não correspondência formal” entre conteúdos.

Freud constata ainda que as representações incompatíveis das neuropsicoses de defesa, em geral, “nascem na maioria das vezes no solo do vivenciar e sentir sexuais” (1991a, p. 49), tal como ele vinha observando nas histerias. Além disso, afirma que, nos casos por ele analisados, “era a *vida sexual* que havia proporcionado um afeto penoso da mesma índole, exatamente, que o afeto existente na representação obsessiva” (Freud, 1991a, p. 53, grifo do autor), o que o faz supor que estejamos falando de um mesmo afeto da representação inconciliável e do sintoma obsessivo. Sendo assim, poderíamos afirmar que, na neurose obsessiva, o sintoma obsessivo, o qual se caracteriza como uma ideia que se impõe ao paciente, está relacionado ao estado emocional perturbador da representação incompatível que se encontra na etiologia da sua neurose.

Notemos que, neste primeiro momento, o tema sentimento de culpa não é ainda desenvolvido como parte de tais neuroses. Ele é apenas citado em alguns casos clínicos específicos, sem demonstrar uma relação clara entre estes e a teoria que vem sendo desenvolvida. No entanto, há neste texto dois aspectos que fundamentarão os estudos a partir dos quais iremos supor a gênese do sentimento de culpa, a saber: a tese de incompatibilidade de idéias e do afeto aflitivo que surge em decorrência de tal incompatibilidade; e a presença da sexualidade na origem desse conflito, aspecto que vinha sendo estudado desde os primórdios da psicanálise nas psicopatologias históricas.

Em 1896, com o texto *Novas Observações sobre as Neuropsicoses de Defesa* (1991b), nos encontramos, segundo Strachey (em Freud, 1991b, p. 161), “com alusões iniciais a concepção das representações obsessivas como auto-censuras”. Neste texto, Freud explicou a utilização da denominação *neuropsicoses de defesa* de forma melhor delimitada, dizendo:

Em um breve ensaio publicado em 1894 reuni a histeria, as representações obsessivas, assim como certos casos de confusão alucinatória aguda [paranoia], sob o título de “neuropsicoses de defesa”, porque se havia obtido um ponto de vista comum para estes estados, a saber, eles nasciam mediante o mecanismo psíquico da *defesa* (inconsciente), da intenção de reprimir uma representação inconciliável que havia entrado em forte oposição com o eu do enfermo. (Freud, 1991b, p. 163)

Temos, portanto, como vimos anteriormente, que a neurose obsessiva, como parte das neuropsicoses de defesa, emerge do conflito entre representações incompatíveis, fruto de uma excitação interna de origem sexual que se opõem afluivamente ao eu do paciente por colocar em risco o equilíbrio esse indivíduo<sup>7</sup>. Ao provocar este afeto penoso, a representação é recalçada pelo indivíduo através do mecanismo inconsciente de defesa. Na primeira carta que enviou à Fliess no ano de 1896, Freud (em Masson, 1986) afirmou que a defesa seria uma tendência normal do indivíduo e se tornaria prejudicial apenas na medida em que se dirigisse contra ideias que, de alguma maneira, permitissem descarregar o afeto sob a forma de memórias de um desprazer recente, como no caso de ideias sexuais.

Ao estudar a natureza e o mecanismo da neurose obsessiva, Freud, então, elaborou uma fórmula simples: “as *representações obsessivas* são sempre *censuras* modificadas, que retornam da *repressão* (despejo) e se referem sempre a uma ação da *infância*, uma ação *sexual* realizada com prazer” (Freud, 1991b, p. 170, grifos do autor). Embora esta definição venha a ser modificada em 1909, neste momento Freud relaciona a emergência da neurose obsessiva com a atividade sexual praticada na infância, seja ela participação em atos sexuais ou atos de agressão praticados com prazer (Freud, 1991b, p.169). Ambos os casos de atividade sexual, experimentados pelo indivíduo como prazerosos, originam reprovações que, mais tarde, retornam de maneira alterada do recalque.

É importante notar, para o estudo de nosso objeto de investigação, neste trecho, que as reprovações, entendidas como censuras ou críticas que surgem no indivíduo neurótico obsessivo são fruto do retorno da repressão e estão relacionadas com a sexualidade infantil da mesma forma que os afetos derivados das representações incompatíveis se manteriam na etiologia das neuroses até o momento de formação dos sintomas. As representações inconciliáveis devem ser recalçadas, porém uma soma de excitação surge dessas representações e se manifesta no indivíduo da mesma forma como submerge, ou seja, em

---

<sup>7</sup> Neste ponto poderíamos nos adiantar e questionar qual equilíbrio o indivíduo estaria colocando em risco. Sugerimos neste ponto que pensemos na relação que podemos estabelecer aqui com os aspectos morais levantados no primeiro capítulo deste trabalho.

penosa oposição com o eu do sujeito. O sentimento de culpa é, portanto, nesse caso, fruto de uma contradição a qual se manifesta em seu próprio eu.

Na carta de 1º de janeiro de 1896 que Freud envia à Fliess, o primeiro tenta explicar o rumo tomado pela doença nas neuroses e, a partir disso, é possível compreender melhor a emergência do sentimento de culpa. Nesse sentido, no rascunho K, Freud (em Masson, 1986, p. 165) afirma que cinco etapas são necessárias para a emergência de tais “aberrações patológicas”, a saber: 1- uma experiência sexual traumática ocorrida na infância; 2- recalçamento posterior; 3- estágio de defesa bem sucedida; 4- retorno das ideias recalçadas e luta entre estas e o eu (etapa em que ocorre a formação dos sintomas); 5- estágio de adaptação.

Segundo o autor (em Masson, 1986), as diferenciações entre as neuroses de recalçamento, aquelas em que a defesa apresenta papel predominante, aparecem de acordo com a forma como retornam as ideias recalçadas; a formação dos sintomas e o rumo da doença; e, mais especificamente, na forma como se realiza o recalçamento. Já vimos que, na neurose obsessiva, as ideias recalçadas retornam sob a forma de ideias obsessivas, formando, assim, os sintomas. O afeto, por sua vez, surge como autorrecriminações decorrentes também das ideias recalçadas. Mas, o que determina o recalçamento posterior à experiência sexual, para a futura formação da neurose?

No texto de 1896, citado anteriormente (Freud, 1991b), Freud já havia tentado esclarecer estas etapas na neurose obsessiva ao buscar compreender sua natureza e mecanismo. Nesse sentido, a atividade sexual ocorrida na infância estaria relacionada aos atos de agressão e participação em atos sexuais, ambos ocorridos de forma prazerosa, como já dissemos anteriormente. Freud levanta a hipótese que talvez, assim como na histeria, o indivíduo tivesse passado também de uma experiência prévia a estas descritas em que o indivíduo teria sido seduzido (*passividade sexual*)<sup>8</sup>. O recalque e a defesa surgiriam, então, quando a lembrança prazerosa, associada à autoacusaçã, se conectasse com a experiência inicial passiva e despertasse desprazer, formando os sintomas. Porém, na carta enviada à Fliess, Freud busca compreender o motivo pelo qual o recalque aparece somente em um período posterior a tais experiências e não nos momentos em que elas, de fato, ocorreram. Nesse sentido, Freud escreve (em Masson, 1986, p. 164):

A resposta mais plausível [para explicar o recalçamento] recorre ao fato de que a vergonha e a moralidade são as forças recalçadoras (...). Quando não

---

<sup>8</sup> Esta explicação está relacionada com a teoria da sedução de Freud que é elaborada a partir de 1893 e modificada em 1897 em função do acréscimo do conceito de fantasia. Esta teoria atribui ao indivíduo lembranças reais de sedução ocorridas na infância e que aparecem como causa das psiconeuroses.

existe vergonha (...), ou não surge a moralidade (...), ou quando a repulsa é embrutecida pelas condições de vida (...), também nesses casos nenhum recalçamento e, portanto, nenhuma neurose resulta da estimulação sexual na primeira infância. Não obstante, receio que esta explicação não se sustente diante de um exame mais aprofundado. (...) Em minha opinião, deve haver uma fonte independente de liberação de desprazer na vida sexual: desde que essa fonte esteja presente, ela pode ativar as sensações de repugnância, reforçar a moralidade e assim por diante.

Dessa forma, a repressão ocorre após um período de atos posteriormente entendidos como imorais ou em algum momento em que fontes de desprazer fossem ativadas na medida em que as atividades sexuais fossem relacionadas. No caso da ativação da moralidade associada à atividade sexual infantil ou no caso em que o desprazer se manifestasse como força motivadora do recalque, a liberação do desprazer causaria a necessidade de defesa do indivíduo uma vez que seu eu não conseguiria entrar em contato com tais representações. No caso da neurose obsessiva temos que:

O recalçamento pode acontecer devido à lembrança do próprio prazer, que libera desprazer ao ser reproduzida em anos posteriores (...). Mas também é possível que as coisas se deem de maneira diferente. (...) podemos supor que é a convergência posterior dessa [de uma] experiência passiva com a [outra] experiência de prazer que acrescenta desprazer à lembrança prazerosa e possibilita o recalçamento (Freud, 1991b, p. 165).

Dentre essas duas suposições temos, então, o recalçamento como defesa frente ao perigo gerado pela inconciliabilidade de representações e pelos afetos penosos despertados. Ao recalque segue-se a etapa de defesa bem sucedida e a etapa em que há o fracasso da defesa e as representações recalçadas tentam retornar sob a forma de sintomas. Segundo Freud (1991b, p. 170):

Na recordação dessas ações prazerosas há uma reprovação, e a relação com a experiência inicial de passividade possibilita (...) – muitas vezes somente após um esforço consciente e lembrado – reprimir essa reprovação e substituí-la por um *sintoma defensivo primário* (grifo do autor).

A substituição da reprovação ou do desprazer (ou ainda do afeto penoso) pelo sintoma demonstra que há uma *formação de compromisso* que consiste em um acordo entre as representações recalçadas e as forças recalçadoras. Além disso, demonstram que as representações obsessivas são, de fato, autocensuras frutos deste desprazer inicial. Ou melhor, é o próprio desprazer que reemerge ligado a outra representação, ou seja, de forma distorcida e deslocada.

Nesse sentido, as ideias obsessivas são sempre representações de autorreprovação transformadas que retornaram da repressão e manifestam-se de forma distinta daquela como se apresentou inicialmente. Segundo Freud (em Masson, 1986, p. 166): “No estágio do



retorno do recalçado... a auto-recriminação retorna inalterada, ...emerge como um sentimento puro de culpa, sem nenhum conteúdo. Usualmente liga-se a um conteúdo que é distorcido... uma substituição”.

Mais uma vez, Freud (1991b) esclarece que a autorrecriminação *retorna* de forma inalterada e que sua manifestação no psiquismo é tal qual a do sentimento de culpa. Dessa forma, podemos supor que o sentimento de culpa esteve presente em um estágio anterior. Não podendo se tratar este estágio de um período de imoralidade, etapa em que o indivíduo vivencia uma experiência sexual. Supomos que o sentimento de culpa esteja presente, sobretudo, no estágio em que ocorre o recalçamento, já que a moralidade se apresenta como força recalçadora que, antes desse período, se encontrava inexistente.

Nesse sentido, Freud (1991b) só faz referência a um sentimento puro de culpa, sem nenhum conteúdo, ou seja, um afeto autoacusador sem representação, no estágio do retorno do recalçado, embora este afeto pareça estar presente no recalçamento posterior e na formação da defesa que determina o sintoma primário.

Em seguida, Freud (1991b, p. 170) diz que “o afeto da auto-recriminação pode ser transformado, através de vários processos psíquicos, em outros afetos, que então penetram na consciência mais claramente do que o afeto em si”. E diz:

Os neuróticos obsessivos são pessoas sujeitas ao perigo de que, a qualquer momento, a totalidade da tensão sexual nelas gerada cotidianamente venha a se transformar em auto-recriminação, ou melhor, nos sintomas daí recorrentes, muito embora, no momento presente, elas não consigam reconhecer de novo a auto-recriminação primária. (Freud, 1991b, p. 167)

Sendo assim, o sentimento de culpa, que parece se manter distante da consciência no estágio de defesa bem sucedida, retorna, no indivíduo, juntamente com a emergência do sintoma, seja como sentimento de culpa ou sentimento de culpa transformado em outras formas de autorrecriminações, como, por exemplo, na necessidade de punição gerada pelos sintomas do neurótico obsessivo. Este segundo aspecto foi melhor discutido no texto de 1907 denominado *Atos Obsessivos e Práticas Religiosas* (Freud, 1992c). Porém, antes de adentrarmos neste aspecto, façamos algumas observações sobre o desenvolvimento da teoria psicanalítica no período que se estende entre estes dois textos.

Entre 1896 e 1907, período em que Freud publica as *Novas Observações sobre as Neuropsicoses de Defesa* e o texto citado anteriormente, o autor revê a teoria da sedução, enquanto teoria que explica as neuroses históricas em função de um abuso sexual *real* ocorrido na infância, e publica o livro *A Interpretação dos Sonhos* o qual lança as bases

conceituais da concepção do aparelho psíquico que constituem a primeira topologia freudiana. Esta mudança em relação a teoria traumática das neuroses resulta do aparecimento do conceito de fantasia em que se passou a considerar as próprias pulsões, e fantasias decorrentes dessas, como causas das neuroses. A primeira topologia do aparelho psíquico, por sua vez, resulta na sistematização de três sistemas presentes no aparelho psíquico (o consciente, pré-consciente e inconsciente).

Durante este período o sentimento de culpa foi aproximado cada vez mais do tema da moralidade, da autopunição e do inconsciente. Com a publicação do texto *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1992d), em 1905, a pulsão sexual passou a ser entendida, definitivamente, como fundamento das neuroses e, em 1907, o tema do sentimento de culpa foi novamente abordado juntamente com os estudos sobre as neuroses obsessivas.

Retomando, então, o texto de 1907, temos pela primeira vez a expressão *sentimento inconsciente de culpa* que, como afirma Strachey (em Freud, 1992c, p. 106) em nota de rodapé, vem do termo alemão *Schuldbewusstsein* – literalmente traduzível como *consciência de culpa* – tendo este conceito desempenhado um papel muito importante nos escritos posteriores de Freud. Segundo o autor (1992c, p. 106):

Pode-se dizer que quem sofre de compulsão e proibições se comporta como se sob o domínio de uma consciência de culpa de que ele, no entanto, não sabe nada, isto é, uma consciência inconsciente de culpa, como podemos expressar, superando a relutância causada pela combinação dessas palavras. Esse sentimento de culpa tem sua origem em alguns processos anímicos iniciais, mas exerce permanente influência na tentação, renovada para cada nova ocasião, e por outro lado gera uma angústia expectante sempre em busca de algo, uma expectativa de infortúnio, que por meio do conceito de punição, se liga à percepção interna da tentação.

Podemos observar que, neste momento, Freud não vê o sentimento de culpa apenas como um afeto que se manifesta como autorreprovação do indivíduo em função da representação inconciliável, mas também apresenta-o como fonte de uma angústia expectante de desgraça e castigo, uma necessidade de punição, que podemos supor que apareça em função das pulsões e tentações que surgem nesse indivíduo.

No início da formação do cerimonial, no entanto, o paciente tem consciência de que é forçado a fazer isto ou aquilo para que não aconteça uma desgraça, e por regra geral ainda é nomeada a sua consciência a índole de desgraça que cabe esperar. O nexos, em todos os casos demonstrável, entre a ocasião da qual emerge a angústia expectante e o conteúdo com o qual ela ameaça já está oculto para o enfermo. O cerimonial começa, então, com uma ação de defesa ou de garantia, como uma medida protetora. (Freud, 1992c, p. 106)

Nesse sentido, o sintoma do neurótico obsessivo é uma defesa que permite ocultar a conexão entre a necessidade de punição e a representação que gerou o sentimento de culpa. Isto ocorre, como vimos anteriormente, em função de uma incapacidade do eu em lidar com a representação que causa tamanho desprazer. Nesse sentido, o sentimento de culpa apresenta-se de maneira inconsciente, embora o indivíduo neurótico obsessivo manifeste uma consciência de que suas ações tem a finalidade de evitar algum mal, ou seja, existe certa consciência em relação ao afeto que aparece nos sintomas.

Ao comparar os atos obsessivos com as práticas religiosas, Freud aponta que o sentimento de culpa dos neuróticos obsessivos equipara-se à convicção dos indivíduos religiosos de serem miseráveis pecadores, e as práticas religiosas desses últimos apresentam o mesmo valor de uma medida defensiva, da mesma forma que os rituais se apresentam para os neuróticos obsessivos (Freud, 1992c, p. 106). Nesse sentido, o neurótico obsessivo tem consciência de que fez algo de errado e se utiliza dos rituais com a finalidade de evitar a punição que espera receber em função de sua culpa.

Ao final do texto, Freud descreveu mais uma vez o mecanismo que ocorre no desenvolvimento da neurose obsessiva. A ideia de inconciliabilidade de representações manifesta-se, então, como resultado de um impulso instintual (ou um componente desse impulso) que esteve presente durante algum tempo na infância do indivíduo e que, posteriormente, teve de ser reprimido em função de sua oposição com as representações do eu. No curso dessa repressão, ocorre uma formação reativa psíquica em que é dirigida uma consciência especial contra os objetivos do instinto e este se torna, através desse mecanismo, inconsciente. Ao mesmo tempo, porém, o indivíduo sente-se constantemente ameaçado pelo instinto e pela tentação advinda deste, pois o sintoma é uma conciliação entre as forças antagônicas da mente e reproduzem, assim, uma parcela do mesmo prazer que pretendiam evitar, servindo ao instinto reprimido tanto quanto às instâncias que o estão reprimindo (Freud, 1992c, p. 107).

Como já havíamos notado nos estudos anteriores, o sentimento de culpa surge durante o processo de recalque, dessa vez, ocasionando a ansiedade expectante relacionada também com a necessidade de punição. Ao passo que a enfermidade progride, mais defesas são necessárias para distanciar o indivíduo das proibições instintuais que lhe foram impostas. Isto ocorre porque as compulsões e obsessões vão se aproximando, cada vez mais, das representações relacionadas com os instintos sexuais infantis. Neste sentido, a repressão na neurose obsessiva está constantemente sob a ameaça de fracasso e o conflito do neurótico obsessivo é interminável, uma vez que a pressão advinda dos instintos demanda cada vez mais

compromissos entre o instinto e a repressão como proteção contra a tentação e contra o mal esperado.

Vimos neste ponto inicial aspectos que influenciarão na etiologia das neuroses e que estão, de certa forma, associadas a emergência do sentimento de culpa. Nesse sentido, aparecem as representações inconciliáveis, o afeto perturbador, a sexualidade infantil, a repressão, entre outros. Todos estes pontos estão relacionados de alguma forma com a emergência do conceito que nos propomos investigar. No entanto, faltam-nos ainda recursos para que possamos compreender de que forma eles se relacionam com o objetivo proposto neste estudo.

## ***2.2 O sentimento de culpa e a masturbação infantil (1909-1912)***

Ao se aprofundar nos estudos sobre a neurose obsessiva a partir da leitura e análise de casos clínicos em que se observa esta neurose, Freud passa a notar que a sexualidade infantil desses indivíduos, a qual o autor se refere como *atividade* sexual, diz respeito a/aos atos masturbatórios praticados na infância. Este seria, portanto, o fator etiológico responsável pelo desenvolvimento da neurose obsessiva. Isto é observado, por exemplo, no caso do homem dos ratos descrito no texto *A Propósito de um Caso de Neurose Obsessiva*, de 1909, em que Freud (1992f) observa a importância do ato sexual infantil praticado com prazer na infância e a constante presença da culpa nos relatos do paciente.

Embora ele não explique teoricamente de que forma o sentimento de culpa emerge no aparelho psíquico de tais pacientes ou a partir de que momento e de que forma ocorre sua manifestação, Freud irá descrever situações em que o sentimento de culpa aparece na análise do homem dos ratos, associado às situações em que se pode observar um sentimento *inconsciente* de culpa. Além disso, vemos também situações em que a autopunição surge e a relação desta com a culpa associada à questão da masturbação infantil. Neste subitem buscamos descrever brevemente tais aspectos que são demonstrados nos escritos de Freud sobre o caso clínico do homem dos ratos.

No caso publicado em 1909 (1992f), portanto, enumeramos quatro pontos em que o tema da culpa aparece. Num primeiro momento, temos a culpa que impede o paciente de quitar um débito em relação aos óculos que recebe pelo correio. Neste ponto, ele acredita que se quitar o débito, ratos entrarão na moça por quem ele tem grande carinho, como ocorreu em uma descrição de tortura por um de seus superiores. Em um segundo momento, temos a culpa

*consciente* pela morte do pai uma vez que o paciente não estava no leito de seu pai no momento de sua morte. Isto leva Freud a concluir que o paciente desejara a morte do pai (inclusive para receber a herança deste e poder se casar) e que, por isso, existia também uma culpa *inconsciente*. Neste ponto, temos, por assim dizer, duas culpas, a consciente e a inconsciente em que supomos que a consciente apareça em função da culpa inconsciente<sup>9</sup>. Em seguida, a culpa aparece sob a forma de punição nos relatos do paciente, em que este apresenta comportamentos suicidas em função do desejo de matar sua mãe e também sua amada. E, por fim, o tema da culpa aparece associado à questão da masturbação infantil, momentos em que o paciente se sentia completamente excitado ao ver e tocar as empregadas da casa e apresentava algumas atividades sexuais masturbatórias.

Em 1912, no texto *Contribuições para um Debate sobre a Masturbação*, Freud (1991c) descreveu o resultado de inúmeros debates ocorridos na Sociedade Psicanalítica de Viena entre os anos de 1911 e 1912 em que o tema da masturbação infantil fora abordado. Ele inicia, pois, dizendo que fora acordo entre os participantes dos debates que o sentimento de culpa encontra-se ligado à questão da masturbação infantil, demonstrando que o primeiro aparece em função do segundo. No entanto, os mesmos autores divergem em relação à origem do sentimento de culpa e propõem três aspectos para explicá-la, a saber: 1) a falta de satisfação obtida no ato masturbatório; 2) os fatores sociais que envolvem a questão da prática da masturbação; e, 3) a atitude dos indivíduos no momento da masturbação (Freud, 1991c, pp. 254-255).

Mais uma vez Freud não debate detalhadamente a questão referente à origem deste sentimento, não se posicionando a favor ou contra uma dessas posições explicitamente no texto. No entanto, nos deparamos aqui com diferentes concepções apontadas já no primeiro capítulo quando tentamos encontrar uma definição para o sentimento de culpa. Por exemplo, ao falarmos da culpa em função da falta de satisfação masturbatória, estamos entendendo-a no sentido lacaniano em que esta ocorreria em função da traição de nossos próprios desejos. Para isso lembremos que esclarecemos no primeiro capítulo que o fato de não satisfazermos o nosso desejo, ou seja, não alcançar as satisfações advindas destes é que nos fazem sentir culpa, uma vez que, dessa forma, estamos traindo a nós mesmos. Já no caso em que falamos sobre a culpa emergir em função dos fatores sociais envolvidos nesta prática, estaríamos falando de um recalque em função da moralidade, sendo, portanto, a culpa, nesse sentido, decorrente de algo externo ao indivíduo (possivelmente, uma lei e uma transgressão).

---

<sup>9</sup> Falaremos sobre isto quando formos descrever o caso dos criminosos por sentimento de culpa.

A ênfase colocada no texto por Freud, porém, é na tentativa de demonstrar a importância das excitações sexuais que ocorrem desde a infância. Neste sentido, Freud afirma que “o núcleo do sintoma psiconeurótico – o grão de areia no centro da pérola – é/está formado por uma manifestação sexual somática” (1991c, p. 257) e se em todo o ser humano civilizado há certa quantidade de repressão e impulsos perversos, o que distingue as pessoas normais dos neuróticos são de que forma esses aspectos se tornaram patogênicos (Freud, 1991c).

Sem esperar que alcancemos algum ponto conclusivo com tais acréscimos, notamos que a masturbação infantil, ao surgir como a atividade sexual presente na etiologia dos neuróticos obsessivos, faz parte, ou melhor, se caracteriza como a manifestação das excitações sexuais desses indivíduos e que, ao entrar em contato com a repressão, se tornam patogênicos. Sabemos, a partir disso, que a culpa aparece em associação com tais atos masturbatórios, mas ainda não podemos afirmar exatamente qual o motivo que faz com que tal sentimento venha a emergir em apenas alguns casos distintos. Sendo assim, não é possível afirmar que a masturbação seja o único ponto de origem que determinará a emergência do sentimento de culpa, uma vez que ela pode ser prejudicial para alguns indivíduos e para outros não. A esse respeito, Freud (1991c) afirma que muitos sintomas na neurose obsessiva buscam substituir e repetir a atividade sexual masturbatória que fora anteriormente proibida, mas também afirma que a masturbação não é um agente etiológico real, mas apenas o nome dado a certas atividades.

Em notas de rodapé acrescentadas nos anos de 1915 e 1920 ao segundo dos três ensaios publicados sobre a teoria da sexualidade (1905), Freud, ao discutir uma das fases da masturbação infantil afirma que a relação entre a masturbação e a consciência de culpa dos neuróticos aguarda um esclarecimento analítico exaustivo e que “o fator mais genérico e importante neste condicionamento é o fato de que o onanismo constitui o poder executivo de toda a sexualidade infantil e, por isso, está apto a tomar para si o sentimento de culpa aderido a esta” (Freud, 1992d, p. 172).

A partir dessas explicações, Freud anuncia o ponto de vista filogenético do indivíduo, desenvolvendo o tema do sentimento de culpa. Neste, Freud ainda faz referência aos neuróticos obsessivos e acrescenta, por exemplo, o conceito de ambivalência que nos permite compreender melhor nosso objeto de estudo.

### ***2.3 O sentimento de culpa e o mito da horda primeva: “Totem e Tabu” fundamenta o Édipo***

O texto *Totem e Tabu* (1991d), escrito entre os anos de 1912 e 1913, é conhecido por demonstrar o interesse de Freud pela questão da antropologia social. Neste, encontramos, especificamente no quarto ensaio, sua hipótese da horda primeva e da morte do pai primevo, a qual é utilizada com o intuito de explicar a origem de quase todas as instituições sociais e culturais posteriores, assim como também a origem do sentimento de culpa na história da humanidade. O próprio Freud nos prefácios à primeira edição e à tradução hebraica esclarece que “neste livro a intenção é de deduzir o sentido original do totemismo a partir de seus vestígios na infância” (Freud, 1991d, p. 8) e acrescenta que este é um livro “que trata da origem da religião e da moralidade” (Freud, 1991d, p. 9).

No primeiro dos quatro ensaios deste livro encontramos, então, uma tentativa por parte de Freud em demonstrar que a vida mental dos selvagens ou semi-selvagens de nosso tempo é um retrato de um estágio primitivo de nosso próprio desenvolvimento. Freud utiliza em seus estudos os povos aborígenes da Austrália e descreve-os como os povos mais primitivos encontrados atualmente. Um dos pontos mais interessantes, neste ensaio, é que, embora estes povos não apresentem uma moral como a nossa, “aprendemos que eles estabeleceram a meta de, com o maior cuidado e o mais severo rigor, evitar relações sexuais incestuosas. E até mesmo toda a sua organização social parece servir a este propósito ou estar direcionada para a sua realização” (Freud, 1991d, p. 12).

Tais povos australianos apresentam como base de sua organização o sistema totêmico, utilizando o totem como fundamento de todas as suas obrigações sociais. Segundo Freud (1991b, p. 12):

O totem é, em primeiro lugar, o antepassado comum do clã, ao mesmo tempo, é o seu espírito guardião e auxiliar que lhes envia oráculos; embora seja perigoso, conhece seus filhos e é benevolente para com eles. Os membros do clã totêmico, por sua parte, tem a obrigação sagrada, cuja violação é punida por si só, de não matar (aniquilar) seu totem e de abster-se de comer sua carne (ou tirar proveito de outras maneiras).

Neste ponto do texto, começamos a notar certas relações entre o tema de nosso trabalho com o ensaio que estamos descrevendo. Nos encontramos com a questão da lei, da possível transgressão e da punição que surge em função desta última. Isto será retomado também na descrição das formas de relações sexuais permitidas nos clãs. Segundo o autor (1991d, p. 13-14), “em quase todos os lugares em que encontramos os totens, existe também a norma de que *membros do mesmo totem não se vinculem sexualmente, e conseqüentemente não permitam casar-se entre si*” (grifo do autor). E prossegue dizendo que, em caso de

transgressão, o culpado é castigado de forma praticamente automática, “sendo que a tribo inteira cobra pela punição de maneira enérgica como se fosse preciso defender toda a comunidade de um perigo que ameaça ou de uma culpa opressiva” (Freud, 1991d, p. 14). Neste sentido Freud afirma: “diríamos que eles são mais suscetíveis do que nós diante da questão do incesto. É provável que a tentação que eles sintam seja maior, e por isso eles precisem de maior proteção” (Freud, 1991d, p. 19).

Outras evitações são ainda difundidas nestas organizações, como é, por exemplo, aquela que impede relações de um homem com sua sogra. A resposta da psicanálise para tais situações sugere que tais proibições ocorram não somente em função de uma hostilidade, mas, na realidade, de uma ambivalência composta de impulsos hostis e também afetuosos que conflitam entre si. Esta questão será aprofundada adiante neste mesmo capítulo.

A importância dada por Freud a esta questão enfatiza o fato de o incesto tratar-se fundamentalmente de uma característica infantil, revelando uma concordância entre os sistemas totêmicos e a vida mental dos neuróticos, em que os desejos incestuosos infantis são recalçados, acrescentando também a questão da ambivalência à nossa discussão.

No segundo ensaio deste mesmo texto, Freud discute sobre a questão do tabu e da ambivalência emocional. Para isto o autor parte dos estudos de Wundt em que este “descreve o tabu como o código de leis não escrito mais antigo da humanidade. Universalmente se supõe que o tabu é mais antigo que os deuses e remonta a épocas anteriores que qualquer religião” (em Freud, 1991d, p. 27). De forma geral, os objetivos do tabu são de proteção, precaução, expressando, ao mesmo tempo, restrições e proibições. Além disso, este abrange o caráter de algo sagrado em função da proibição, e da santidade ou impureza que resulta da aceitação ou violação da mesma.

Segundo Freud (1991d), os povos primitivos submetem-se às proibições como se fossem coisa natural, mesmo sem saber porquê e sem ocorrer-lhes perguntar. Além disso, como já dito, estão convencidos de que qualquer violação se castigaria com a mais intensa severidade. Qualquer um que tenha transgredido uma dessas proibições adquire a característica de ser proibido, como se toda a carga perigosa tivesse sido transferida para ele. A característica principal do tabu é de que um poder demoníaco se esconde num objeto que, se tocado, vinga-se do transgressor. Isto gera um medo que, posteriormente, irá se dividir, ao mesmo tempo, em veneração e horror, aplicando-se ao que é sagrado e ao que é profano pelo terror do contato com ele.

Notamos que este é o mesmo mecanismo que observamos nas neuroses obsessivas. E, com a finalidade de estabelecer algumas equivalências entre as práticas do tabu e os sintomas



obsessivos, Freud enumera alguns pontos de concordância entre ambos os fenômenos. São eles: 1) as proibições existentes são destituídas de motivo, sendo enigmáticas em suas origens; 2) estas são mantidas por um medo irresistível, uma necessidade interna de que qualquer violação conduzirá à desgraça insuportável; 3) a principal proibição é contra o tocar ou o “entrar em contato com”; 4) os mandamentos são facilmente deslocáveis e há um risco de infecção proveniente do proibido; e, 5) algumas proibições podem ser suspensas através de atos cerimoniais que possuem a natureza de expiação ou purificação (Freud, 1991d, pp. 35-36).

O mais notável nesses apontamentos é perceber que as proibições, tanto no caso das neuroses obsessivas como no caso do tabu, envolvem renúncias e restrições intensas. Esta proibição, no entanto, não acaba com o desejo, mas apenas o reprime e bani-o para o inconsciente. Supomos que os tabus se originem de proibições externamente impostas a uma geração primitiva. Estes devem estar relacionados com atividades para as quais havia forte inclinação. O desejo, no entanto, parece persistir pelas gerações na medida em que os tabus, e as próprias inclinações, se mantêm. Lembrando que as mais importantes proibições são as de não matar o animal totêmico e evitar as relações sexuais com membros deste mesmo clã.

A característica principal deste fenômeno é descrito por Freud como a atitude ambivalente do indivíduo para com um objeto único (ou algo que esteja ligado a este objeto). Aqueles que obedecem ao tabu parecem apresentar uma atitude ambivalente quanto às proibições do mesmo. E esta atitude parece envolver o desejo de realizar o ato e, em função da proibição, detestá-lo. Ou seja, há o desejo de violar o tabu e, ao mesmo tempo, o medo de fazê-lo.

Com a finalidade de confirmar, então, a equivalência entre os determinantes psicológicos do tabu e aquelas existentes na neurose obsessiva, Freud busca demonstrar de maneira mais aprofundada a existência da ambivalência, por ser esta a característica mais importante da neurose obsessiva. Para isto ele falou sobre os tabus vinculados aos inimigos, aos governantes e os tabus em relação a morte.

No primeiro destes aspectos (os tabus vinculados aos inimigos), Freud relata que a morte de um adversário é regida por certas observâncias incluídas entre as práticas do tabu, a saber: 1) é necessário que se realize o apaziguamento do inimigo assassinado; 2) são impostas restrições sobre o assassino; 3) surgem atos de expiação e purificação por parte do assassino; 4) são necessários alguns cerimoniais. Segundo o autor, “de todas essas percepções, extraímos a conclusão que na conduta em relação aos inimigos se expressam outras moções além das unicamente hostis. Vemos neles algumas exteriorizações de arrependimento, de estima pelo

inimigo, de má consciência (culpa) por havê-lo matado” (Freud, 1991d, pp. 45-46). Ainda segundo o autor, podemos atribuir a origem de todas essas observâncias à ambivalência emocional.

Em relação aos tabus relativos aos governantes, temos que a atitude dos povos primitivos para com os chefes, reis e/ou sacerdotes é regida por dois princípios básicos: “ele não deve apenas ser protegido, mas também deve proteger-se contra ele” diz Freud citando Frazer (1991d, p. 48). Explica-se a ambivalência de sentimentos a partir deste fato porque ao falarmos da necessidade de proteger o rei, Freud (1991d) diz:

já sabemos por que é preciso proteger-se dos governantes: porque são portadores daquele poder mágico misterioso e perigoso que, como uma carga elétrica, se transmite por contato e causa a morte e a ruína daquele que não estiver protegido com uma carga semelhante. (p. 48)

Por outro lado, quando falamos da necessidade de proteger o chefe, falamos que “a necessidade de proteger o rei contra todos os perigos imagináveis decorre de sua enorme importância para a sorte de seus súditos. É a sua pessoa que regula o curso do mundo” (Freud, 1991d, p. 50). No entanto, ao falarmos dos reis, temos também uma série de tabus e cerimoniais impostos a esses que, ao mesmo tempo que os exaltam acima de todos os mortais comum, tornam sua existência um tormento e um fardo intolerável, reduzindo-o a uma servidão pior que a de seus súditos.

Por fim, ao falarmos sobre a ambivalência do tabu em relação aos mortos, Freud descreve a questão, permitindo-nos adentrar no tema da culpa. O autor descreve, então, a morte como um momento de clareza em relação ao fenômeno da ambivalência, dizendo:

Quando uma esposa perde um marido por falecimento, ou uma filha a mãe, não é raro que a sobrevivente fique atormentada por dúvidas atrozes que chamamos «reprovações obsessivas»: duvidam em relação a se eles mesmos não são culpados, por descuido ou negligência, pela morte da pessoa amada. De nada vale a recordação do cuidado que se pôs em cuidar do enfermo, nem a positiva refutação da culpa afirmada: não são suficientes para por fim ao martírio, que constitui talvez a expressão patológica da dor, e gradualmente cede ao longo do tempo. A investigação psicanalítica desses casos nos revelou as condições secretas desta perturbação. Descobrimos que estas reprovações obsessivas são em certo sentido justificadas (...). Não é que a pessoa enlutada seja de fato culpada e tenha incorrido no descuido que a reprovação obsessiva assevera; no entanto, dentro dela havia algo, um desejo inconsciente para ela mesma, em que ela não ficaria insatisfeita com a ocorrência da morte e que poderia tê-la ocasionado caso tivesse poder para fazê-lo. Agora, depois da morte de um ente querido, a reprovação é uma reação contra esse desejo inconsciente. E a hostilidade escondida no inconsciente, depois de um terno amor, existe em quase todos os casos em que existe uma intensa ligação emocional em relação a uma determinada

pessoa; é o exemplo clássico, o protótipo da ambivalência das moções de sentimentos dos seres humanos. (Freud, 1991d, pp. 65-66)

Freud descreve aqui, como fica claro, a ambivalência como dois sentimentos opostos em que um é permitido se tornar consciente e o outro se mantém inconsciente. A outra questão que nos interessa é a da ambivalência, em quase todos os casos, como propõe Freud na citação acima, na origem da culpa. Segundo Freud (1991d, p. 66), “consideramos que a predisposição à neurose obsessiva, enfermidade a que tanto recorremos com fins comparativos em relação a questão do tabu, é singularmente caracterizada por uma medida elevada dessa originária ambivalência de sentimentos.” A questão que nos intriga neste ponto é se a culpa no neurótico obsessivo seria sempre decorrente dessa reprovação em relação ao desejo inconsciente, ao que Freud parece nos responder afirmativamente.

Ao final deste item, Freud volta a retomar a questão do tabu em relação aos mortos e coloca que a ambivalência é mais facilmente compreendida nestes casos ao notarmos o mecanismo da projeção da hostilidade em relação aos mesmos. Nestes casos, Freud coloca que o sobrevivente nega quaisquer sentimentos hostis contra o morto, como vínhamos falando anteriormente, e projeta no espírito do morto os sentimentos de hostilidade. “Apesar do êxito da defesa por projeção, sua reação emocional apresenta características de punição e de remorso que se exteriorizam nos medos, impondo-se renúncias e submetendo-se a restrições, que em parte são disfarçadas por parecer medidas de proteção contra o demônio hostil” (Freud, 1991d, p. 67). Nesse sentido, podemos supor que a ambivalência emocional, que leva o indivíduo a apresentar algumas defesas em relação ao sentimento hostil não aceito pela consciência, acarreta nos sentimentos de punição e remorso. Neste caso, são estes últimos que submeterão o indivíduo a restrições e renúncias, o que sugere que estas aparecem em função da ambivalência, o que nos confirmaria a hipótese de que, nesses casos, a ambivalência é anterior a culpa e ao processo de renúncia e restrição.

Neste sentido, ao final do segundo ensaio do texto *Totem e Tabu*, Freud declarou que “se não estamos enganados, a explicação do tabu também lança luz sobre a natureza e a gênese da consciência moral” (Freud, 1991d, p. 73). Com base na ambivalência emocional, como visto anteriormente, e sob a condição de que um dos sentimentos será inconsciente e mantido recalado pela dominação do outro, chegamos a tal origem. Neste sentido, descreve Freud, adentrando mais uma vez na questão da culpa:

Consciência moral é a percepção interior de que rejeitamos determinados desejos existentes em nós mesmos; agora bem, a ênfase recai sobre o fato de que esta rejeição não precisa apelar para nenhuma outra coisa, pois está certa

de si mesma. Isto se torna ainda mais claro no caso da consciência de culpa, a percepção da condenação interna sobre aqueles atos mediante os quais realizamos determinados desejos. Aqui parece supérfluo apresentar uma fundamentação: qualquer pessoa com uma consciência moral não pode menos que registrar dentro de si a justificação dessa condenação e a reprovação da ação consumada. Pois bem, essa mesma característica está presente na atitude do selvagem para com o tabu; este é um mandamento da consciência moral, sua violação dá origem a um terrível sentimento de culpa, tão evidente em si mesmo como é desconhecida a sua origem. (Freud, 1991d, p. 73)

Neste sentido, ao considerarmos a existência de uma consciência moral, devemos questionar qual a origem dessa rejeição de certos desejos em nós mesmos. Considerando-os de origem externa, teríamos então a ambivalência como originária ao sublinharmos a questão da culpa. Por outro lado, se a consciência moral é aquela que é responsável pela rejeição de certos desejos, é nesta que encontraríamos o desenvolvimento daquilo que denominamos sentimento de culpa.

No capítulo *Animismo, Magia e Onipotência de Pensamentos*, Freud acrescentará, ao discutir a questão da onipotência, algumas características que contribuem para a discussão de nosso trabalho:

A sobrevivência da onipotência de pensamentos nos aparece com maior nitidez nas neuroses obsessivas; nela estão mais próximas da consciência os resultados deste primitivo modo de pensar. Mas não devemos ver isto como um caráter singular desta enfermidade, porque a investigação analítica revela o mesmo também nas outras neuroses. Em todas elas, o que determina a formação dos sintomas não é a realidade objetiva do vivenciar, mas a realidade do pensamento (Freud, 1991d, p. 90).

Neste caso, é fácil compreender de que maneira o sentimento de culpa se torna tão real e intenso nos neuróticos obsessivos. É em função da realidade interna que seus pensamentos, ou melhor, suas fantasias denotam pra eles. É necessário destacar aqui que o mito da horda primeva supõe um evento que é o parricídio, no entanto, não podemos desconsiderar neste processo as fantasias do indivíduo. Sendo assim, afirma ainda Freud (1991d, p. 90):

Um neurótico obsessivo pode ser oprimido por uma consciência de culpa que seria adequada para um grande assassino, embora seja, desde sua infância, o mais respeitável e escrupuloso dos homens em relação ao seu comportamento para com os seus concidadãos.

É, porém, no último ensaio do trabalho *Totem e Tabu*, que Freud descreve o totem. Segundo ele, este pertence a uma classe de objetos materiais que um selvagem encara com um respeito supersticioso, acreditando existir entre ele e todos os membros da classe uma relação

íntima e especial. Deste totem, o clã espera receber proteção e cuidados, e o aspecto social do totemismo se expressa principalmente por uma ordem mantida à força e amplas restrições.

Neste contexto, se considerarmos o animal totêmico como o pai, temos que os dois principais regulamentos do totemismo, as duas proibições tabu que constituem seu âmago (não matar o totem e não ter relações sexuais com uma mulher do mesmo totem), coincidem com os dois crimes de Édipo e com os dois desejos primários das crianças, a saber, o desejo incestuoso e o desejo de matar o pai. Para Freud, a psicanálise revelou que o animal totêmico é na realidade um substituto do pai, e isto condiz com o fato contraditório de que, embora seja proibido matar o animal, sua morte é uma ocasião festiva.

Freud descreve essa ocasião com o espetáculo da refeição totêmica em que o clã se acha celebrando e realizando um cerimonial pela matança cruel de seu animal totêmico, devorando-o cru. Este, como se sabe, é um ato proibido ao indivíduo e justificado apenas pela participação de todos os membros do clã. O excesso é permitido, pois, ao mesmo tempo em que é assassinado, o animal totêmico é também pranteado. Sobre isso Freud afirma:

A psicanálise nos revelou que o animal totêmico é realmente um substituto do pai, e com isto entra em acordo com o fato contraditório de que matá-lo seja, em qualquer outro caso, proibido, e que sua morte se converteu em uma ocasião festiva; mataram o animal e, no entanto, o prantearam. A atitude emocional ambivalente que hoje caracteriza o complexo paterno em nossos filhos, e persiste com tanta freqüência na vida adulta, parece estender-se também ao animal totêmico, substituto do pai (Freud, 1991d, p. 143).

A partir disto, Freud estabelece uma relação entre a refeição totêmica com o sacrifício animal, com o sacrifício humano antrópico e com a eucaristia cristã. Para isto, o autor propõe aquilo que viemos a denominar mito da horda primeva. Segundo Freud, nesta horda, descrita por Darwin, haverá espaço somente para “um pai violento, ciumento, que guarda todas as mulheres para si e expulsa os filhos machos quando crescem; e nada mais” (Freud, 1991d, p. 143). Este teria sido o estado mais primitivo de sociedade e de organização e daria lugar ao totemismo a partir de um crime ocorrido em função da união dos irmãos, filhos deste pai. Segundo Freud (1991d):

Um dia os irmãos expulsos da horda se juntaram, mataram e devoraram o pai, colocando, desta maneira, fim à horda paterna. Unidos ousaram fazer e levaram a cabo o que individualmente lhes teria sido impossível. (Quem sabe o progresso cultural, a manipulação de uma nova arma, lhes tenha dado o sentimento de alguma superioridade.) Que devorassem o morto era algo natural para os selvagens canibais. O violento pai primordial era por certo o arquétipo invejado e temido por cada um dos membros do grupo de irmãos. E agora, no ato de ter devorado, consumavam a identificação com ele,

apropriando-se, cada um, de uma parte de sua força. O banquete totêmico, a primeira festa da humanidade, seria a repetição e celebração recordada daquela façanha memorável e criminosa com a qual puderam começar tantas coisas: as organizações sociais, as limitações éticas e a religião. (pp. 143-144).

Podemos reconhecer, portanto, nestes rituais, o efeito do crime que parece ter pesado tão profundamente nos homens, mas que, não obstante, também lhes causou tanto orgulho. O peso deste crime está relacionado às conseqüências que surgem nas novas formas de organizações. Se antes tínhamos um pai, respeitado e temido, agora temos a marca de um crime e uma organização entre iguais.

Em função disto, e com este crime primordial, supomos aparecer neste relato aquilo que denominamos culpa primordial. Poderíamos afirmar que esta culpa é equivalente àquela que Scliar assinala, segundo o discurso religioso, como a culpa original realizada por Adão e Eva no início da humanidade (2007). Talvez possamos, então, considerar o mito da horda primeva como a tentativa de explicação psicanalítica para o surgimento do sentimento de culpa em contraposição (ou justaposição) à explicação do mito religioso para o mesmo. Afinal, é com o mito da horda primeva que Freud irá encontrar uma explicação fundamental lógica para todas as teorias que vem explicando até então (a fantasia, o mito de Édipo e, neste ponto, o surgimento da organização social).

Segundo Freud, este é o grande crime que constitui o começo da sociedade e do sentimento de culpa. Nele, podemos observar, tal qual nos demais mitos descritos no primeiro capítulo deste trabalho, a lei (não matar o pai), a transgressão, a ambivalência e, finalmente, a culpa. Neste sentido, os problemas da psicologia social encontram solução com base em um único ponto concreto descrito pela psicanálise: a relação de um homem com seu pai.

A existência de uma mente coletiva é tomada como base dessa posição. Supõe-se, nesse ínterim, que o sentimento de culpa por esta ação persista por milhares de anos e permaneça operando, até os dias atuais, por várias gerações que não tiveram o conhecimento dessa ação. Além disso, os preceitos e as restrições morais passam a ser explicados como reação a um ato criminoso que ocorreu e em função do remorso por esta ação que decidiram nunca mais repetir. Esse sentimento de culpa é o que persistiria entre nós até hoje.

Vale lembrar, antes de encerrar este capítulo, que, a partir dessa discussão, Freud considera que o desenvolvimento posterior das religiões surge em função do sentimento de culpa do filho e de sua rebeldia nunca extinta. Nesse sentido, o conceito de Deus seria um representante do pai, o qual trataremos em um dos capítulos seguintes. Neste momento nos

bastamos em concluir o nosso debate a certa do nosso objeto de investigação associado ao tema das neuroses obsessivas.

#### ***2.4 Considerações finais***

Sem a intenção de sermos repetitivos em relação ao que estivemos descrevendo e definindo neste primeiro capítulo, gostaríamos de apontar alguns aspectos que vem demonstrando um movimento e, de certa maneira, uma evolução em relação àquilo que podemos entender como sentimento de culpa na teoria psicanalítica. Sendo assim, esses textos iniciais, que relacionam o tema de nossa pesquisa com a neurose obsessiva, tentam explicar sua origem, sua relação com o ambiente externo e interno do sujeito, além de também trazer alguns questionamentos em relação à sua universalidade e à emergência da consciência moral.

Nos textos iniciais discutidos vimos que o sentimento de culpa em sua essência caracteriza-se, inicialmente, como um afeto que, em decorrência de um prazer sexual, desperta um desprazer e, dessa forma, vem a se manifestar no estágio do retorno do recalcado como autorrecriações. Como visto, isto ocorre em função das representações incompatíveis que surgem em oposição ao eu do indivíduo e, por apresentarem um aspecto repugnante para a consciência, estas representações são recalcadas, liberando o afeto de forma “pura”. Este afeto, ao ligar-se a outras representações, dá origem aos sintomas da neurose obsessivas, ou seja, à representações obsessivas que surgem carregadas de auto acusações.

Neste sentido, a essência do sentimento de culpa seria um afeto perturbador que, desligado de sua representação recalcada, não apresenta qualquer conteúdo. No entanto, para compreender melhor a origem de tal afeto, Freud levantou duas hipóteses com a finalidade de compreender o aparecimento do desprazer, em um estágio posterior ao prazer, despertado pela atividade sexual. Dessa forma, a primeira explicação afirma que a vergonha e a moralidade, ausentes no início da vida de um bebê, seriam as forças recalcadoras na medida que aparecessem na vida do indivíduo. Estas seriam a causa do desprazer e, portanto, da auto censura. Na segunda hipótese, Freud afirma que também é possível que haja uma liberação do desprazer na vida sexual e que isto, como parte da natureza do próprio indivíduo, ativaria a repugnância e a moralidade para a posterior emergência da culpa. Nesse sentido, a primeira das possibilidades aponta para o sentimento de culpa como decorrente da internalização da moralidade (em decorrência do contato com o mundo externo) e, a segunda, como parte da própria natureza do indivíduo.

A partir de 1907, à questão do sentimento de culpa foi acrescentada a auto punição e outras discussões sobre o inconsciente e a moralidade. Freud define, então, aquilo que estamos chamando de sentimento de culpa como consciência de culpa [Schuldbewusstsein] e este seria o afeto perturbador que, segundo ele, se origina da representação inconsciente e a qual soma-se a expectativa ou angústia expectante de punição. Nesse sentido, o cerimonial do neurótico obsessivo aparece como uma ação protetora e, ao mesmo tempo, parte da punição pela culpa sentida. Freud descreve que na origem deste processo existe um impulso instintual reprimido e, em função da existência desse desejo, o indivíduo sente-se ameaçado por ele e pela tentação de realizar seus objetivos.

A partir dos textos sobre a masturbação notamos que uma tentativa por parte de Freud de atribuir à origem do sentimento de culpa instintos sexuais relacionados com a atividade masturbatória. Este não foi o único acréscimo realizado por Freud nos textos descritos entre 1909 e 1912. Encontramos também uma diferenciação em relação à culpa consciente e a culpa inconsciente. A respeito disso, em 1909, Freud demonstrou que todo sentimento de culpa consciente apresenta em sua origem um motivo inconsciente (como colocado nos textos anteriores, uma representação que foi recalcada) desconhecido pelo indivíduo.

Se considerarmos, no entanto, que toda a culpa emerge da masturbação, atividade sexual apresentada pelo neurótico obsessivo nas observações desta psicopatologia por Freud, teríamos o onanismo como fonte da culpa. No entanto, se este realmente se apresentar como o representante do impulso sexual em atividade e como fonte para o desenvolvimento do sentimento de culpa, isto nos abre a possibilidade de concluirmos que todos aqueles que apresentam o ato masturbatório também devem apresentar, em algum grau ou intensidade, o sentimento de culpa. E, assim, nos questionamos se todos os indivíduos que praticassem tal ato desenvolveriam, necessariamente, esta neurose ou se existe alguma particularidade implícita que nos possibilite pensar que todos os sujeitos, por praticarem esta atividade, estão sujeitos a sentir a culpa em maior ou menor grau.

Antes de respondermos a esta questão, Freud tomou um rumo que nos permitiu elucidá-la na medida em que acrescentou um elemento relacionado com o ato masturbatório. Este elemento foi a ambivalência. Isso ocorreu porque, na medida em que o autor, em 1913, fala da organização totêmica e do funcionamento dos tabus, insere, para além do onanismo, a questão do incesto e do homicídio como impulsos presentes que revelam uma concordância entre os sistemas totêmicos e a vida mental dos neuróticos. A resposta para a origem de tais impulsos estaria na ambivalência, esta, ressaltamos, estaria presente em todos os humanos, ou seja, universalizável. Este aspecto surge como ponto de suma importância para a compreensão



do tema de nossa pesquisa uma vez que a ambivalência estará agora na origem de toda a culpa.

A ambivalência, então, composta por impulsos hostis e afetuosos que conflitam entre si, passa a ser a origem do sentimento de culpa e também da consciência moral. Assim como, no caso das representações incompatíveis, tínhamos representações que se tornariam inconsciente em função de sua oposição com o eu, a consciência moral irá surgir em função de rejeitarmos certos desejos existentes em nós mesmos (no caso, poderíamos exemplificar dizendo que rejeitamos os impulsos hostis ou os afetuosos relativos ao mesmo objeto). Sendo assim, compreendemos que a consciência moral e o processo de recalque de certos desejos, posteriores à ambivalência, participam de um mesmo processo no qual encontramos a emergência do sentimento de culpa.

A reprovação emergiria como reação contra o desejo inconsciente, mas não somente isso. Seria necessário a existência de uma consciência moral que, originária da ambivalência emocional, manteria inconsciente certos desejos e mantidos recalcados pela dominação do outro. Não está claro ainda neste ponto se o sentimento de culpa emergiria na ambivalência e se manifestaria, como dito nos textos anteriores, nos estágios posteriores do recalque, ou se a culpa emergiria somente após a formação da consciência moral. Mas, neste momento, podemos notar que existe uma diferença entre a culpa dependendo de sua origem. Se for, por exemplo, da consciência moral que emerge o sentimento de culpa, será que a intensidade com que certos desejos são reprimidos que determinam a intensidade do sentimento de culpa nos neuróticos obsessivos? Todos os indivíduos neuróticos, e não somente os obsessivos, não teriam uma “tendência”, na medida em que possuem uma consciência moral, a sentir culpa? É a intensidade com que uma ideia é rechaçada pela consciência ou a intensidade do desejo que irá definir o grau de intensidade do sentimento de culpa?

Nesse momento, Freud (1991d) diferencia a consciência moral como percepção da rejeição de determinados desejos e consciência de culpa como percepção da condenação interna sobre os atos mediante os quais realizamos os mesmos desejos. Segundo esta ideia, a consciência moral seria anterior à emergência do sentimento de culpa. Isso fica mais claro quando Freud escreve que o sentimento de culpa ocorre quando violamos os mandamentos da consciência moral (provavelmente, ao realizar os desejos inconscientes).

Podemos diferenciar aqui a culpa proveniente de uma lei externa da culpa proveniente de um mandamento interno (da consciência moral). Isso se torna mais claro quando Freud explica aquilo que vem a denominar como mito da horda primeva, em que, no início, as leis que governavam o clã vinham do pai, membro mais forte do mesmo, que restringiam as ações

dos demais membros. Nesse sentido, podemos afirmar que a culpa emergiria em função de uma lei externa em que, esquematicamente, teríamos a lei, a transgressão e a culpa. Após a morte do pai e a celebração em que ele é devorado, existe uma identificação com o mesmo e, podemos afirmar, uma internalização das normas, o surgimento da consciência moral que deixa de permitir a existência de certos desejos. Podemos dizer que esta identificação, que torna as leis pertencentes ao próprio indivíduo, é aquela em que, pela primeira vez, na história da humanidade origina a consciência moral. A partir disso podemos diferenciar a culpa originada pela transgressão da lei externa daquilo que Freud denomina como consciência de culpa (e que nós estamos denominando sentimento de culpa) que aparece em função da consciência moral internalizada pelo indivíduo.

Neste segundo momento, as restrições morais não são posteriores ao ato primevo de transgressão, o primeiro crime da humanidade. O esquema muda para a presença inicial do desejo, a internalização da consciência moral com suas leis e o posterior sentimento de culpa, mesmo que sem a realização do desejo. Assim, as restrições morais são explicadas como reação a um ato criminoso que, uma vez ocorrido, causa remorso e delimita ações que o coletivo decide não repetir. É claro que, desse processo, faz parte o sentimento de culpa.

Chegando a esse ponto, continuamos a nos questionar a respeito do sentimento de culpa como não restrito apenas aos neuróticos obsessivos, mas como um problema presente em toda a humanidade em função de uma culpa original que foi herdade filogeneticamente. Sendo assim, a explicação para o sentimento de culpa deixa de ser dada apenas mediante a compreensão dos mecanismos nas neuroses obsessivas. E, a partir dos próximos capítulos, tentaremos esclarecer ainda mais esse conceito e compreender suas possíveis modificações, selecionando textos que elucidam a emergência deste sentimento também em outras neuroses.

### CAPÍTULO III

#### O SENTIMENTO DE CULPA NOS TEXTOS METAPSICOLÓGICOS E NA ELABORAÇÃO DA SEGUNDA TÓPICA FREUDIANA (1913-1925)

Neste capítulo buscamos abordar o fenômeno da culpa de forma mais geral, deixando de compreender sua presença de forma associada mais especificamente a neurose obsessiva e demais manifestações culturais, como a religião, que podem estar associadas à mesma. Para isso, exploramos, inicialmente, alguns textos escritos antes daqueles considerados textos metapsicológicos, como é o caso do texto *O Interesse pela Psicanálise* (1991e), escrito em 1913 (mesmo ano em que foi escrito, como já vimos, o texto *Totem e Tabu*) em que Freud discorre sobre a culpa como uma modificação da ansiedade neurótica.

A partir desse esclarecimento econômico do sentimento de culpa, partindo do conceito de afeto, estudamos os textos metapsicológicos e demais textos que envolvem o tema. Neste ponto, ainda para a discussão sobre a economia que envolve o sentimento de culpa, utilizamos o texto de 1915 denominado *O Inconsciente* (2010b).

No entanto, ainda com a finalidade de compreender o tema como um problema da humanidade de forma geral, utilizamos outros textos considerados metapsicológicos e os escritos de Freud posteriores a esses até alcançarmos o texto *O Eu e o Id*, de 1923 (2011a), no qual Freud se aprofunda no tema ao elaborar sua segunda topologia do aparelho psíquico. São exemplos de textos abordados neste capítulo: *Introdução ao Narcisismo* (1914/2010c), *Luto e Melancolia* (1917 [1915]/2010d), *Considerações Atuais sobre a Guerra e a Morte* (1915/2010e), *Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico* (1916/2010f), *“Batem Numa Criança”: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais* (1919/2010g), *O Eu e o Id* (1923/2011a) e *O Problema Econômico do Masoquismo* (1924/2011b).

Nestes textos, além de buscar uma análise mais geral sobre em que consiste o sentimento de culpa e uma melhor delimitação do mesmo, buscamos compreender porque, do ponto de vista da psicanálise, este fenômeno é considerado universal, e analisá-lo dinamicamente e topograficamente em sua relação com o funcionamento do aparelho psíquico. Dessa forma, buscamos acrescentar tais conhecimentos à discussão que realizamos nos capítulos anteriores, com a finalidade de alcançar o objetivo proposto neste trabalho, a saber, compreender de que forma o sentimento de culpa se manifesta no aparelho psíquico e qual a sua origem.

### 3.1 Aspectos econômicos do sentimento de culpa (1913-1915)

À discussão inicial do capítulo anterior em que, nos textos sobre as neuropsicoses de defesa, Freud realiza uma discussão sobre os aspectos quantitativos que envolvem o afeto nestas neuroses, acrescentam-se, neste momento, algumas informações que contribuem para o nosso entendimento acerca do tema do sentimento de culpa. Em *O Interesse Científico da Psicanálise*, de 1913, Freud afirmará que “as neuroses são sociais em sua natureza” (1991e, p. 190). Esta afirmação nos possibilita compreender que em função da repressão do coletivo ou do social, a satisfação dos instintos vai sendo impedida, o que possibilita a formação das neuroses. Estas, por sua vez, “visam sempre impulsionar o indivíduo para fora da sociedade” (1991e, p. 190). Isto ocorreria porque o caráter neurótico implicaria em um desvio do social em que o indivíduo passa a se dirigir para o próprio mundo interno com a finalidade de realizar, no plano da fantasia, o desejo que vai de encontro ao impedimento externo, o impedimento social.

Tendo estas informações em vista, adiante, Freud (1991e) insere a questão sobre o sentimento de culpa afirmando “demonstrou-se que o intenso sentimento de culpa que domina tantas neuroses constitui uma modificação social da ansiedade neurótica.” (p. 190) Entendemos aqui que a ansiedade neurótica é aquela do desejo não realizado em função da barreira social. E, sendo o sentimento de culpa uma modificação desta ansiedade, este só pode ser compreendido como uma manifestação da não realização do desejo.

No entanto, nos questionamos neste ponto, quais aspectos estariam envolvidos nesta modificação do afeto. Por que em alguns casos a ansiedade neurótica se tornaria sentimento de culpa e em outros não? Como se daria este processo? À última dessas perguntas, inferimos a resposta a partir do texto *O Inconsciente*, de 1915, em que Freud diz que o afeto, sempre de origem inconsciente, se liga a uma ideia substitutiva e, dependendo desta ideia, obtém determinado caráter qualitativo (2010b, p. 184).

Neste sentido, estaríamos dizendo que o sentimento de culpa adquire tal qualidade na medida em que a ansiedade neurótica se liga a determinadas ideias que permitem a modificação do afeto. Além disso, como vimos no início desta seção, esta qualidade deve ser necessariamente uma variação de um desejo não realizado. Ora, mas se somente por meio de uma ligação com uma representação de ideia, o sentimento de culpa pode ser percebido como tal, este será sempre consciente, pois estará sempre acompanhado também de uma

representação de palavra? Neste sentido, seria sempre o sentimento de culpa consciente? Em que momento poderíamos encontrar o sentimento inconsciente de culpa ao qual vínhamos nos referindo nos capítulos anteriores?

Em *Emoções Inconscientes*, seção do texto *O Inconsciente* escrito em 1915 (2010b), Freud diz que a expressão emoção ou afeto inconsciente é válida e que um afeto é sempre inicialmente inconsciente e só se mantém inconsciente permanentemente quando impedido de se desenvolver (p. 183). Sendo assim, os afetos não dependem de catexias ou traços de memória, mas correspondem a processos de descarga cujas manifestações finais são percebidas como sentimentos.

Dessa forma, concluímos que o sentimento de culpa enquanto afeto, inicialmente, será sempre inconsciente e poderá assim se manter a não ser que se ligue a uma representação de ideia que faça com que este alcance manifestação consciente. Além disso, este estado quantitativo é uma denominação de um afeto solto, sem palavra e sem representação, tornando-se qualitativamente sentimento de culpa apenas quando ligado a uma ideia. Esta discussão sobre a inconsciência do sentimento de culpa, a qual é desenvolvida ainda neste trabalho, é também abordada por Laplanche e Pontalis no *Vocabulário da Psicanálise* (2001), em que estes autores relacionam a inconsciência deste sentimento à relação que apresentam com o complexo de Édipo. No entanto, é necessário lembrarmos do momento em que Freud alerta sobre a possível contradição entre os termos quando falamos sobre sentimentos inconscientes. Adiante poderemos compreender melhor esta questão.

### ***3.2 Aspectos libidinais e topográficos que envolvem o sentimento de culpa (1914-1923)***

Embora este texto não tenha uma contribuição direta em relação ao tema da culpa por não abordá-la de forma específica, consideramos o artigo intitulado *Introdução ao Narcisismo* (1914/2010c) de grande importância para a compreensão de nosso tema de pesquisa visto que este texto nos permite compreender o gérmen daquilo que, posteriormente, será compreendido como a segunda topologia do aparelho psíquico. Por oferecer uma base sólida para o desenvolvimento dessa questão, propomo-nos a abordar este artigo de forma breve a fim de explicitar que neste texto Freud introduz, segundo Strachey (1996a), a existência de um agente psíquico responsável por observar o ego real, medindo-o a partir de um ideal. Podemos entender que desta ideia, posteriormente, Freud deduz o Super-eu e, para isso, Freud se utiliza de estudos sobre a paranoia em que os pacientes apresentam “delírios de ser vigiados”.

Inferindo pois a existência de um agente psíquico que exerça tal função deparamo-nos com o objetivo, por parte desta instância, de vigiar e criticar todas as intenções dos indivíduos. Desde o início Freud afirma que este agente surge da influência de nossos pais, assunto que desenvolveremos adiante, sendo, posteriormente, reafirmado pela relação com outras pessoas que venham a exercer influência sobre a nossa educação.

O que estamos acrescentando neste ponto é uma discussão acerca da origem daquilo que viemos chamando de *consciência moral* que, por sua vez, vem nos esclarecendo sobre a origem do sentimento de culpa. Esta consciência é entendida aqui como uma personificação da crítica dos pais (Freud, 2010c). Ou seja, da repressão vinda de fora se origina esta consciência que irá fazer parte do indivíduo e fundará, colocando em ação, a instância que vigia e julga o Eu deste mesmo indivíduo. Segundo Freud (2010c), a revolta contra esse agente brota do desejo de se libertar dessa influência.

No entanto, ainda neste texto, Freud faz descrever de forma breve a relação deste agente vigilante com o sentimento de culpa, na medida em que desenvolve também a questão da libido envolvida neste processo:

A insatisfação pelo não cumprimento desse ideal [o ideal imposto pelo agente observador e avaliador do Eu, fruto da relação com as figuras parentais] libera libido homossexual, que se transforma em consciência de culpa (angústia social). A consciência de culpa foi originalmente o medo do castigo dos pais, mais corretamente, da perda do seu amor; o lugar dos pais foi depois tomado pelo indefinido número de companheiros.” (Freud, 2010c, p. 50)

Nesse sentido, compreendemos que a consciência de culpa é fruto de dois diferentes momentos: da relação com os pais e da relação com o agente psíquico fruto da relação com esses pais introjetados e transformados em agentes críticos do Eu. Neste segundo momento, aparece uma tensão no aparelho psíquico a qual Freud faz referência no texto *Luto e Melancolia*. Neste último texto, Freud diz: “Vemos como uma parte do Eu se contrapõe à outra, faz dela uma avaliação crítica, toma-a por objeto digamos” (Freud, 2010d, p. 178).

Em 1915, em *Luto e Melancolia* (2010d), Freud reafirma o que já vinha dizendo sobre as autorrecriações que aparecem nos enlutados. Vimos no segundo capítulo deste trabalho que, em decorrência da ambivalência e, principalmente, dos sentimentos hostis que integram o relacionamento de um indivíduo com o outro, o sentimento de culpa surge nos enlutados ou na relação dos indivíduos com os mortos. Neste texto, Freud reabre o assunto e discute a manifestação da culpa em sua relação com o narcisismo, as identificações do indivíduo com objetos de amor e a relação destas identificações com o agente crítico ao qual Freud se refere em *Introdução ao Narcisismo* (1914/2010c).

Vemos, a partir disso, que Freud não abandona suas ideias, mas utiliza-as como uma rede de conceitos que se entrelaçam e, ao estudá-los, permitimo-nos um aprofundamento, senão uma nova forma de compreensão acerca do sentimento de culpa, abordando-o de acordo com a topografia desenvolvida em 1923 em *O Eu e o Id* (2011a).

Sendo assim, debruçando-nos sobre o texto *Luto e Melancolia* (2010d), nos deparamos com a interrogação a respeito da relação existente entre o processo de luto e a dinâmica presente no quadro clínico do melancólico. Segundo Freud (2010d), o delírio destes últimos pacientes é um delírio de pequenez em que o sujeito recrimina e insulta a si mesmo, esperando rejeição e castigo. Ainda segundo o autor, esta pequenez é predominantemente moral.

Freud ressalta ainda que as autorrecriminações do melancólico aparecem em um grau maior do que nos casos das demais patologias e, neste processo, encontramos novamente o agente psíquico responsável pela crítica, o qual permite adoecer o próprio indivíduo em decorrência de seu julgamento. Enquanto no luto há uma perda do objeto, as declarações do melancólico indicam uma perda no próprio Eu que parece se encontrar fragilizado.

Aprofundando-se no tema, Freud diz:

ouvindo com paciência as várias autoacusações de um melancólico, não conseguimos, afinal, evitar a impressão de que frequentemente as mais fortes entre elas não se adéquam muito a sua própria pessoa, e sim, com pequenas modificações, a uma outra, que o doente ama, amou ou devia amar. (2010d, p. 170)

Adiante, Freud diz que acaba por “perceber as recriminações a si mesmo como recriminações a um objeto amoroso, que deste se voltaram para o próprio Eu.” (2010d, p. 170) Neste sentido, Freud entende que, reconstruindo o processo que ocorre no paciente melancólico, existe também neste indivíduo um objeto perdido tal como no luto e que este também teve de ser abandonado. No entanto, não foi possível que a libido fosse desinvestida e deslocada para um novo objeto, mas o próprio objeto abandonado fora deslocado para o Eu por meio do processo de identificação, fazendo com que sobre o Eu recaísse o conflito com a pessoa amada e este transparecesse como uma cisão entre a crítica do Eu e o Eu modificado pela identificação.

Partindo do que está sendo exposto até este momento, temos então que a consciência de culpa manifesta-se no melancólico como conflito entre o agente crítico e o Eu em decorrência da introjeção de um objeto amado perdido. Resta saber os motivos que fazem com que este conflito ocorra, uma vez que, sendo este objeto introjetado um objeto para o

qual direcionamos a nossa libido erótica, não faz sentido à princípio que ocorra tal tensão entre as partes do Eu.

No entanto, é preciso considerar aí outros elementos. Então, para tentar esclarecer esta questão, voltamos ao capítulo 2 deste trabalho em que vimos que no processo de luto, assim como neste momento Freud desenvolve na melancolia, os conflitos existentes surgem em função da ambivalência de sentimentos para com o objeto. Sobre isto, afirma Freud (2010d):

Entre as precondições da melancolia não devemos negligenciar esse conflito da ambivalência, que ora se origina na realidade, ora na constituição do indivíduo. Se o amor ao objeto – ao que não se pode renunciar, quando se tem de renunciar ao objeto mesmo – refugia-se na identificação narcísica, o ódio atua em relação a esse objeto substitutivo, insultando-o, rebaixando-o, fazendo-o sofrer e obtendo uma satisfação sádica desse sofrimento. O automartírio claramente prazeroso da melancolia significa, tal como no fenômeno correspondente na neurose obsessiva, a satisfação de tendências sádicas e de ódio relativas a um objeto, que por essa via se voltaram contra a própria pessoa. (p. 184)

Tratando-se, pois, como objeto, o Eu é capaz de se martirizar graças ao retorno do investimento libidinal que permite que o Eu dirija a si mesmo a hostilidade antes direcionada ao objeto<sup>10</sup>. Tal hostilidade é parte, como dito, de uma ambivalência que apresenta origem constitucional ou nasce das vivências ocasionadas pela ameaça da perda do objeto. Assim, “na melancolia travam-se inúmeras batalhas em torno do objeto, nas quais ódio e amor lutam entre si, um para desligar a libido do objeto, o outro, para manter essa posição da libido contra o ataque. Não podemos situar essas lutas em outro sistema que não o *Ics*” (Freud, 2010d, p. 191).

Entendendo que tais processos ocorram no sistema inconsciente, chegamos à equivalência descrita na primeira seção deste capítulo em relação ao sentimento de culpa ser sempre inicialmente inconsciente. Isto porque, se a relação entre o agente crítico e o Eu ocorrem de forma inconsciente de acordo com os sentimentos afetuosos e hostis que o Eu tem em relação ao objeto, os afetos que surgem do conflito destas instâncias são também, pelo menos no início, inconscientes.

É necessário ressaltar ainda que existem, segundo Freud (2010d), três pressupostos para o desenvolvimento da melancolia, a saber: “perda do objeto, ambivalência e regressão da libido para o Eu -, os dois primeiros são também encontrados em recriminações obsessivas após casos de morte. Nestes é a ambivalência que certamente constitui a mola do conflito” (p. 193).

---

<sup>10</sup> Para aprofundar este tema ver *Os Instintos e seus Destinos*.



De forma geral, o que parece mais importante neste artigo é perceber que na melancolia a catexia objetal é substituída por uma identificação, processo que faz com que direcionemos a hostilidade que sentíamos em relação ao objeto a nos mesmos, odiando-nos ao invés de odiar o objeto agora internalizado. No entanto, como nos lembra Strachey (1996b), em *O Eu e o Id*, Freud diz que esse processo não se restringe à melancolia, mas é de ocorrência bastante geral. Essas identificações formam o que chamamos de caráter de uma pessoa e, portanto, o que denominamos Super-eu.

Antes de adentrarmos no texto citado por Strachey, no entanto, lembramos que no artigo *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, de 1920, Freud reforça esta ideia de uma hostilidade redirecionada para o próprio indivíduo e acrescenta que, sob o influxo da consciência de culpa, muitas pessoas podem, inclusive, aceitar o sofrimento do objeto ao se identificarem com ele. Além disso, Freud (2011c) reforça: “há sempre uma sensação de triunfo quando algo no Eu coincide com o ideal do Eu. Também o sentimento de culpa (e o sentimento de inferioridade) pode ser entendido como expressão da tensão entre Eu e ideal” (p. 96).

Porém para melhor compreendermos esta dinâmica que ocorre entre esses dois Eus separados que existem no aparelho psíquico enquanto instâncias e que podem ou não entrar em conflito uma com a outra, nos deparamos com a obra *O Eu e o Id* (2011a) em que Freud faz uma descrição minuciosa de três instâncias psíquicas por ele distinguidas que caracterizam uma nova configuração do aparelho psíquico, a segunda tópica. Segundo Strachey (1996b), esta obra é a última das principais obras teóricas de Freud, pois oferece uma definição da mente e de seu funcionamento. Suas duas principais ideias consistem em: dividir a mente em uma tríplice e definir a gênese do Super-eu, instância responsável pela origem e desenvolvimento do sentimento de culpa e que, na perspectiva dessa concepção sobre o psiquismo, seria universal, isto é, presente, no desenvolvimento do psiquismo de qualquer indivíduo.

Esta obra, escrita em 1923 e dividida em cinco partes, se inicia com o esclarecimento da premissa fundamental da psicanálise que divide a mente em consciente e inconsciente, explicando dinamicamente e sistematicamente a presença de três estados psíquicos: o consciente, o inconsciente e o pré-consciente. Neste ponto Freud introduz a discussão sobre o Eu, descrevendo, em um primeiro momento, de que forma o Eu é responsável por organizar, de forma coerente, os processos mentais do indivíduo. O Eu controla a motilidade e também os recalcamientos e as resistências que se encontram no Eu. Sendo assim, esta instância apresenta uma parte consciente e outra inconsciente não latente.

Na segunda parte desta obra, Freud insere o debate sobre duas das três instâncias psíquicas, a saber: o Eu e o Id. Para ele, inicialmente, o indivíduo é formado por um grande Id que, ao entrar em contato com o mundo externo, se diferencia e transforma-se em Eu. O Eu, enquanto modificação do Id, apresenta partes conscientes e também inconscientes. Nesta parte da obra, Freud também vai descrever os fenômenos das emoções e sentimentos. Nesse sentido, encontramos que o sentimento de culpa também pode se manifestar no sistema consciente e no inconsciente. Um exemplo ao qual Freud se refere é o processo de análise, momento em que o sentimento de culpa aparece de forma inconsciente como resistência a este processo.

Na parte III de *o Ego e o Id* (2011a), Freud descreve a maneira por meio da qual o Eu obterá controle sobre o Id, dizendo que isso ocorre mediante uma transformação de uma escolha de objeto erótico que causa uma alteração no Eu em função da mais importante identificação do indivíduo. Neste capítulo Freud afirma que o resultado geral mais amplo da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo é a formação de um precipitado no Eu, consistindo de duas identificações: da identificação com o pai e da identificação com a mãe, unidas entre si e de alguma forma. A partir disso, pode/deve ocorrer que os conteúdos do Eu confronte-se com um ideal do Eu ou Super-eu, este último resultado desta identificação com as figuras parentais. Esta instância, herdeira do complexo de Édipo, processo ao qual todo indivíduo seria submetido, determina o que o indivíduo pode ou não ser, qual o ideal a ser seguido a partir da imposição das identificações cujo representante ou referencial será sempre o pai.

Não é difícil mostrar que o ideal do Eu satisfaz tudo o que se espera do algo elevado no ser humano. Como formação substitutiva do anseio pelo pai (...). No curso posterior do desenvolvimento, professores e autoridades levam adiante o papel do pai; suas injunções e proibições continuam poderosas no ideal do Eu, e agora exercem a censura moral como *consciência*. A tensão entre as expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como *sentimento de culpa*. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, com base no mesmo ideal do Eu. (Freud, 2011a, p. 46).

Partindo deste ponto, então, surge a ideia de sentimento de culpa como universal, presente em todos os indivíduos neuróticos os quais passam, necessariamente, pela fase do complexo de Édipo. Quanto mais forte for o complexo de Édipo, mais severamente o Super-eu terá domínio sobre o Eu como consciência moral. E levando-se em consideração que a tensão entre estes agentes psíquicos (Eu e Super-eu) ocorre de forma inconsciente, podemos afirmar que o sentimento de culpa é sempre, inicialmente, inconsciente.

Para concluir a importância dos aspectos discutidos no texto *O Eu e o Id*, encontramos na quarta parte deste trabalho a discussão de questões relacionadas com a pulsão de Eros e a pulsão destrutiva e, na última, as relações de dependência do Eu. Segundo Freud,

afirmamos repetidamente que o Eu se constitui, em boa parte, de identificações que tomam o lugar de investimentos abandonados pelo Id; que as primeiras dessas identificações agem regularmente como instância especial dentro do Eu, confrontando este como Super-eu, enquanto mais tarde o Eu fortalecido pode se comportar de modo mais resistente às influências dessas identificações. O Super-eu deve a sua especial posição no Eu ou ante o Eu a um fator que deverá ser estimado a partir de dois lados: é a primeira identificação, acontecida quando o Eu era ainda fraco, e é o herdeiro do complexo de Édipo, ou seja, introduziu no Eu os mais imponentes objetos. (...) Embora acessível a todas as influências posteriores, [o Super-eu] conserva por toda a vida o caráter que lhe foi dado por sua origem do complexo paterno, ou seja, a capacidade de confrontar o Eu e dominá-lo. (...) Assim como a criança era compelida a obedecer aos pais, o Eu submete-se ao imperativo categórico do Super-eu. (Freud, 2011a, p. 60)

Neste ponto, temos dois aspectos importantes do sentimento de culpa a serem explicitados. O primeiro, descrito anteriormente, afirma sobre parte do sentimento de culpa ser sempre, inicialmente, inconsciente, uma vez que a origem da consciência moral e, conseqüentemente, com o complexo de Édipo, pertencendo ao sistema inconsciente. Sobre isto, Freud (2011a) diz, “é mesmo possível descobrir os impulsos reprimidos que alicerçam o sentimento de culpa. O Super-eu, aqui, sabia mais sobre o Id inconsciente do que o Eu.” (p. 64)

Por outro lado, existe também um sentimento de culpa que se expressa de forma diferente. O sentimento de culpa consciente, segundo Freud, “não oferece dificuldades à interpretação, baseia-se na tensão entre o Eu e o ideal do Eu, expressa uma condenação do Eu por sua instância crítica. (...) Em duas afecções que nos são familiares o sentimento de culpa é sobremaneira consciente; o ideal do Eu exhibe uma severidade especial, muitas vezes enfurecendo-se com o Eu de forma cruel.” (2011a, p. 63)

Pensando em termos de instâncias psíquicas, concluímos que o id é totalmente amoral, o Eu luta para ser moral e o Super-eu, moral, pode ser supermoral e se tornar tão cruel ao ponto de se equiparar com o Id em termos de intensidade. A grande importância que o sentimento de culpa adquire neste trabalho é que, como parte de todas as neuroses, ele torna concebível que a angústia neurótica comum seja reforçada pelo desencadeamento de angústia entre o Eu e o Super-eu (o qual, por influência do desenvolvimento da consciência moral, conseqüentemente, acarreta no medo de castração e no medo da morte). Falaremos um pouco

mais sobre isso no final deste trabalho ao concluir sobre a importância de tais fatores para o surgimento do sentimento de culpa.

### ***3.3 Componentes destrutivos e a relação do sentimento de culpa com o sadismo e o masoquismo (1919-1924)***

Para compreender de que forma o Super-eu pode se tornar tão agressivo e punitivo em sua relação com o Eu, retomamos alguns textos anteriores ao de 1923 em que podemos estudar os componentes agressivos que estão envolvidos neste processo. Sendo assim, nos utilizamos, inicialmente, do caso clínico de Freud escrito em 1918 (2010h) de um homem que ficou conhecido como “*O Homem dos Lobos*”. No texto em que Freud descreve este caso, o autor faz referência, pela primeira vez, aos componentes sádicos e masoquistas deste paciente e os relaciona com o sentimento de culpa, assunto que nos interessa neste trabalho.

De forma breve, este é o caso de um homem de origem russa que fora atendido por Freud entre fevereiro de 1910 e julho de 1914. Segundo Freud, o paciente apresenta uma fobia de animal na infância, seguida, na fase adulta, de neurose obsessiva de conteúdo religioso. Aos 18 anos, a saúde do paciente ficou muito prejudicada e sua vida sexual desenvolveu-se, após inúmeros fatores, no sentido do sadismo e do masoquismo. Segundo a análise freudiana do caso, a consciência de culpa do paciente parecia estar relacionada com o onanismo, e também com a hostilidade e o desejo de morte do pai. No entanto, o que mais chama a atenção é o fato de esta consciência de culpa ser satisfeita pelo masoquismo do paciente. Para Freud (2010h, p. 144), o sentimento de culpa intervém na mudança do sadismo para o masoquismo e a miséria do paciente passa a satisfazer o sentimento de culpa.

Este caso relata de forma breve a relação a qual podemos inferir entre sentimento de culpa e masoquismo. No entanto, este assunto passa a ser melhor desenvolvido em textos posteriores, como é o caso do texto de 1919 *Batem Numa Criança: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais* (2010g). Neste texto, Freud procurou tratar de forma detalhada da questão do masoquismo e, pra isso, discute a fantasia de uma criança (crianças em que pode ser notadas aspectos sádicos e masoquistas) sendo espancada pelo pai e as sensações de prazer ligadas a ela. Segundo o autor, quando estudamos estes casos, notamos que a criança está envolvida em seu complexo parental e, a partir daí, Freud divide em três fases o processo pelo qual a criança pode passar.

A segunda dessas fases é a que mais interessa para nosso trabalho. Nela, a criança tem a fantasia de estar apanhando do pai, uma fantasia masoquista que, segundo Freud (2010g), é expressão direta do sentimento de culpa da criança. Neste ponto, Freud repete o que havia falado no texto citado anteriormente, a saber, que há uma relação direta entre sentimento de culpa e masoquismo, e reafirma que o sentimento de culpa é invariavelmente o fator principal que transforma o sadismo em masoquismo.

Para melhor compreender este processo, Freud (2010g) retorna à questão do desenvolvimento infantil e afirma que na fase fálica a criança chega um momento em que os amores incestuosos pelas figuras parentais devem ser reprimidos e que isto dá origem a uma consciência de culpa<sup>11</sup> desconhecida “mas sem dúvida ligada àqueles desejos incestuosos e justificada pela permanência deles no inconsciente” (p. 307). Esta consciência de culpa, que em função da relação com impulsos inconscientes nos parecem pertencer ao mesmo sistema, persiste e, na medida em que aparece a fantasia de que o pai bate na criança, temos o triunfo desta fantasia. Sobre isto, Freud (2010g) afirma:

a fantasia da segunda fase, de apanhar ela mesma do pai, torna-se expressão direta da consciência de culpa, à qual o amor ao pai fica sujeito. A fantasia tornou-se masoquista, portanto; que eu saiba, é sempre assim, a consciência de culpa é o fator que transforma o sadismo em masoquismo. A consciência de culpa não pode haver dominada sozinha o campo; também o impulso amoroso deve ter seu quinhão. (p. 307-308)

Freud (2010g) diz, portanto, que a consciência de culpa não pode ter dominado este processo sozinha e tenta justificar, então, a existência e atuação também do componente amoroso neste mesmo processo. A partir daí, Freud (2010g) diz que a organização genital sofre uma degradação regressiva em que esta retorna para a fase sádico-oral.

‘Meu pai me ama’ tinha um sentido genital; devido à regressão se converte em ‘Meu pai bate em mim (apanho do meu pai). Ser golpeado é agora uma convergência de consciência de culpa e erotismo; é *não só o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo para ela*, e desta última fonte retira a excitação libidinal que a partir de então estará unida a ele e que achará desafogo em atos masturbatórios. Essa é, enfim, a essência do masoquismo. (p. 308, grifo do autor).

Compreendendo, pois, que para desenvolver-se o masoquismo, ambos os componentes, destrutivos como sentimento de culpa e amorosos como é o caso da libido que regride, devem estar presentes, ao final do texto, Freud parece nos alertar que este processo,

---

<sup>11</sup> A expressão “consciência de culpa” aqui refere-se à tradução de Paulo César de Souza ao que estamos denominando neste trabalho *sentimento de culpa*.

em maior ou menor grau, aparece em todos os indivíduos e não somente nestes caracterizados como perversos. Freud (2010g) afirma:

A perversão já não se acha isolada na vida sexual da criança, mas é admitida no contexto dos típicos – para não dizer normais – processos de desenvolvimento que conhecemos. É posta em relação com o amor objetual incestuoso da criança, com o seu complexo de Édipo, surge no primeiro solo desse complexo e, depois que ele desmorona, resta sozinha frequentemente, como herdeira de sua carga libidinal e agravada pela consciência de culpa que a ele se ligava. A constituição sexual anormal demonstra enfim a sua força, empurrando o complexo de Édipo numa direção particular e obrigando-o a tornar-se um incomum resíduo. (p. 311-312).

Neste sentido, assim como todos passamos pelos estágios de desenvolvimento infantis, também todos devemos estar submetidos à atuação do sentimento de culpa nos processos psíquicos em função do desejo incestuoso e da punição que vem junto a este desejo. Isto é claro para o autor uma vez que em diversos momentos diferentes este pontua a importância da atuação do sentimento de culpa seja nos sonhos em que encontramos a realização de desejos de punição e autocrítica (os conhecidos “sonhos de castigo” aos quais Freud se refere no texto *Observações Sobre a Teoria e a Prática da Interpretação dos Sonhos* de 1923/2011d), em momentos de resistência à análise como consequência da influência do sentimento de culpa ou em casos em que a própria infelicidade na escolha objetual de algumas pessoas adquirem também esta característica.

No entanto, retornando à questão da gênese do masoquismo, Freud (2010g) afirma, ainda neste texto, que a transformação do sadismo em masoquismo parece ocorrer por meio da influência da consciência de culpa que também participa do ato de repressão. Esta seria uma reversão do sadismo contra a própria pessoa, pela regressão da relação com o objeto para a relação com o próprio Eu. Segundo Freud (2010g), “a repressão se manifesta aí em três efeitos, portanto: ela torna inconscientes as consequências da organização genital, obriga esta mesma à regressão ao anterior estágio sádico-anal e converte o sadismo deste no masoquismo passivo, em certo sentido novamente narcísico.” (pp. 314-315) Sobre a origem da consciência de culpa ou de onde ela vem,

as análises não nos dizem novamente. Parece ser trazida pela nova fase em que entra a criança (...). Conforme nossa orientação quanto à estrutura do Eu, até agora ainda incerta, nós a atribuiríamos àquela instância que se apõe ao resto do Eu como consciência crítica” (Freud, 2010g, p. 315)

Com o intuito de aprofundar esta discussão nos deparamos então com o texto *O Problema Econômico do Masoquismo*, de 1924 (2011b), em que Freud descreve três formas por meio das quais podemos observar o masoquismo: o masoquismo erógeno, o masoquismo

feminino e o masoquismo moral. Na questão do masoquismo feminino, Freud dá continuidade ao que vinha falando no texto de 1919. Ele diz que o masoquista deseja ser tratado como uma criança “desamparada e dependente, mas especialmente como uma criança malcomportada” (Freud, 2011b, p. 189). Inferimos que talvez o desejo de ser tratada de acordo com um malcomportamento infantil surja justamente dos impulsos incestuosos, considerados proibidos, que se tornaram inconscientes pelo mecanismo da repressão. A partir daí, nas fantasias masoquistas aparece um sentimento de culpa, pois “o indivíduo supõe haver infringido algo (não determinado) que deve ser expiado mediante procedimentos penosos e torturantes.” (Freud, 2011b, p. 190)

Nesta forma de masoquismo há um afrouxamento da relação deste com a sexualidade, pois não é necessário que o masoquista sinta-se punido por uma pessoa amada. Na terceira forma de masoquismo, no entanto, aquela forma de masoquismo que demonstrou ser a mais importante para o nosso estudo, há uma atenuação com relação com a sexualidade. Segundo Freud (2011b), “o que importa é o sofrimento mesmo; se ele é infligido por uma pessoa amada ou outra qualquer não faz diferença” (p. 194).

Segundo o autor, o masoquismo moral refere-se a normas de condutas na vida e nos permite reconhecer o sentimento de culpa inconsciente do indivíduo. Segundo Freud (2011b), “a terceira forma de masoquismo, em certo sentido a mais importante, só recentemente foi apreciada pela psicanálise, como sentimento de culpa em geral inconsciente.” (p. 188)

Sobre estes pacientes masoquistas, Freud (2011b) diz que acontece com eles que a sua dinâmica psíquica importa apenas mantas a medida do sofrimento, tal como ocorre no tratamento analítico nos momentos em que o sentimento de culpa exerce força contrária ao andamento da terapia. Nestes casos, Freud acrescenta que poderíamos utilizar a expressão “necessidade de punição” como sinônimo de sentimento de culpa, uma vez que esta “cobre de maneira igualmente precisa o estado de coisas observado” (2011b, p. 195).

Para compreender de que forma isto ocorre, e neste texto já nos encontramos além de *O Eu e o Id* (1923/2011a) e, portanto, podemos encontrar explicações tópicas deste fenômeno, nos utilizamos da relação dos aspectos sádicos e masoquistas das instâncias psíquicas estudadas. Sendo assim, sabemos que o sentimento de culpa surge da tensão entre o Eu e o Super-eu em que o Eu reage com angústia diante da certificação de que não está à altura das exigências do Super-eu. Isto ocorre, como vimos no subitem anterior, em decorrência da introjeção das figuras parentais, por meio das quais introjetamos também a nossa moralidade. No entanto, há uma diferença entre a continuação inconsciente da moral e o masoquismo moral. Diz Freud (2011a), “na primeira a ênfase recai sobre o intensificado sadismo do Super-

eu, ao qual o Eu se submete; no segundo, sobre o próprio masoquismo do Eu, que anseia por castigo, quer do Super-eu, quer dos poderes parentais externos.” (p. 199)

A repressão cultural dos instintos agressivos direcionados para o mundo exterior, assim como encontramos no caso do sadismo, reforça a intensificação do masoquismo uma vez que os instintos de destruição surgem em maior intensidade no Eu. E esta agressividade também pode ser acolhida pelo Super-eu aumentando o sadismo deste com o Eu. Ou seja, podemos supor que o instinto de destrutividade quando repreendido culturalmente aumenta o masoquismo do Eu e o sadismo do Super-eu.

O sadismo do Super-eu e o masoquismo do Eu complementam um ao outro e se juntam para produzir as mesmas consequências. Apenas assim, creio, pode-se compreender que da repressão instintual resulte – com frequência em todos os casos – um sentimento de culpa, e que a consciência venha a ser mais severa e mais sensível quando o indivíduo mais se abstém da agressão a outros. (Freud, 2011a, p. 201)

No entanto, não só do componente agressivo é feito o masoquismo. Segundo Freud (2011a), “consciência e moralidade surgiram com a superação, a dessexualização do complexo de Édipo; com o masoquismo moral, a moralidade é novamente sexualizada, o complexo de Édipo é revitalizado, abre-se o caminho para regredir da moralidade ao complexo de Édipo.” (p. 200) Sendo assim, o masoquismo moral testemunha uma mistura de instintos que demonstra a existência de um caráter perigoso decorrente do instinto de morte e, por outro lado, de um componente erótico que caracteriza satisfação libidinal.

### ***3.4 Uma breve demonstração dinâmica da influência do sentimento de culpa no indivíduo neurótico (1916-1923)***

Em diversos textos Freud (2010d; 2010e; 2010f) descreve de que maneira o sentimento de culpa pode influenciar os processos psíquicos do indivíduo neurótico, levando-o a ter atitudes punitivas consigo mesmo em decorrência deste sentimento. Alguns exemplos deste fenômeno é encontrado no texto *Alguns Tipos de Caráter Encontrados no Trabalho Psicanalítico*, escrito em 1916 (2010f), em que Freud descreve melhor a influência do sentimento de culpa nas ações daqueles que cometem algum tipo de crime.

No caso de Lady Macbeth, analisado por Freud, este demonstra a influência do sentimento de culpa na dinâmica psíquica da personagem. Em certo ponto do texto, Freud (2010f) afirma que esta fora privada dos melhores frutos de seu crime em decorrência de sua



culpa. O sentimento de culpa que ela sente pelas ações que teve no passado a impede a fruição de seus ganhos e sua felicidade. Na história descrita por Freud (2010f), a personagem não consegue livrar-se desta culpa e das punições que lhe aparecem. A própria personagem diz em certo momento que é impossível que qualquer pessoa lhe absolva de seu passado. Quando interrogada sobre a origem de sua culpa, o texto cita a enganação desta personagem com uma outra, Beate, mas Freud diz que “o verdadeiro motivo de sua consciência de culpa, que a leva a fracassar com o êxito, permanece oculto” (2010f, p. 280).

No entanto, conforme este desenvolve sua análise, Freud (2010f) chega a seguinte conclusão:

O trabalho psicanalítico propõe que as forças da consciência que levam a adoecer com o sucesso em vez da frustração, como em geral acontece, acham-se intimamente ligadas ao complexo de Édipo, à relação com o pai e a mãe como talvez a nossa própria consciência de culpa. (p. 283).

Isto é também desenvolvido na terceira parte deste mesmo texto em que o próprio subtítulo já nos insere nesta discussão: *Criminosos por Sentimento de Culpa*. Neste, Freud (2010f) defende a tese de que as ações criminosas, muitas vezes, foram cometidas justamente porque eram proibidas e podiam dar um sentido para o sentimento de culpa do indivíduo.

O trabalho analítico trouxe então o resultado surpreendente de que tais ações foram realizadas sobretudo porque eram proibidas e porque sua execução se ligava a um alívio psíquico para o malfeitor. Ele sofria de uma opressiva consciência de culpa, de origem desconhecida, e após cometer um delito essa pressão diminuía. Ao menos a consciência de culpa achava alguma guarida.” (Freud, 2010f, p. 284)

À título de observação, lembremos que este é também o modelo que aparece no caso das crianças que apresentam a fantasia de espancamento, em que estas fantasias dão nome ao sentimento de culpa existentes inconscientemente nas mesmas.

Neste texto, Freud (2010f) diz que o sentimento de culpa é, inicialmente, inconsciente. E reforça que:

por paradoxal que isso talvez pareça, devo afirmar que a consciência de culpa estava presente antes do delito, não se originou deste, pelo contrário, foi o delito que procedeu da consciência de culpa. (...) A preexistência do sentimento de culpa fora naturalmente demonstrada por toda uma série de outros efeitos e manifestações.” (pp. 284-285)

De onde viria, então, o obscuro sentimento de culpa anterior ao ato? “O constante resultado do labor psicanalítico foi de que esse obscuro sentimento de culpa vem do complexo de Édipo, é uma reação aos dois grandes intentos criminosos, matar o pai e ter relações

sexuais com a mãe.” (Freud, 2010f, p. 285) Essas investigações nos aproximam da hipótese de que a humanidade adquiriu a consciência, que agora surge como inata força psíquica, por meio do complexo edípico.

Quando questiona-se se esta causa pode ter tido maior participação nos crimes humanos em geral, Freud afirma que nas crianças o sentimento de culpa é o que as faz procurar por castigo.

Entre os criminosos adultos devemos excetuar aqueles que cometem crimes sem experimentar culpa, que não desenvolveram inibições morais ou crêem que sua luta com a sociedade justifica seus atos [casos de psicopatias]. Quanto à maioria dos outros criminosos [talvez possamos afirmar aqui que Freud está citando todos os criminosos neuróticos], porém, (...) uma tal motivação do crime bem poderia ser considerada, poderia iluminar pontos obscuros da psicologia do criminoso e fornecer um novo fundamento psicológico para o castigo. (2010f, pp. 285-286).

Outro exemplo da influência do sentimento de culpa é aquele, já citado anteriormente, que Freud denomina *reação terapêutica negativa*, descrito de forma sucinta no texto *O Eu e o Id* (1923/2011a). Este fenômeno é, segundo o autor, algo que se opõe à cura do paciente quando este está em análise e demonstra que a aproximação da cura, muitas vezes, é receada como perigo. Segundo o autor:

afinal chegamos a perceber que se trata de um fator ‘moral’, digamos, de um sentimento de culpa que encontra satisfação no fato de estar doente e não deseja renunciar ao castigo de sofrer. (...) Mas este sentimento de culpa permanece mudo para o doente, não lhe diz que é culpado; ele não se sente culpado, mas doente. Este sentimento de culpa manifesta-se apenas como resistência à cura difícil de ser reduzida. Também é particularmente difícil convencer o doente desse motivo de persistência de sua enfermidade” (Freud, 2011a, p. 62).

Tal situação parece valer, em maior ou menor grau, para todos os casos de neurose. E talvez seja justamente o sentimento de culpa que determine a gravidade de uma doença neurótica.

Para encerrarmos este item, gostaríamos de citar um trecho do texto *Caminhos da Terapia Psicanalítica*, de 1919 (2010i), em que Freud, mais uma vez, faz referência à influência do sentimento de culpa na vida dos indivíduos neuróticos. O autor diz que o “matrimônio infeliz e a enfermidade física são os sucedâneos mais comuns da neurose. Satisfazem particularmente a consciência de culpa (necessidade de castigo), que faz tantos doentes se apegarem tenazmente à neurose.” (Freud, 2010i, p. 287)

### 3.5 Considerações finais

Sem a intenção de sermos exaustivos, pretendemos aqui, brevemente, demonstrar as mudanças que ocorreram nas publicações a partir de 1913. Vimos no capítulo anterior que o estudo do sentimento de culpa e a compreensão deste fenômeno estiveram por muito tempo relacionados com os estudos sobre a neurose obsessiva. Quando chegamos ao texto *Totem e Tabu*, isto se manteve até certo ponto, pois também a organização dos indivíduos da horda primeva é comparada à dinâmica presente na neurose obsessiva. No entanto, este mesmo texto nos abre a possibilidade de compreender a culpa como universal na medida em que falamos sobre uma culpa original, aquela relacionada ao homicídio para com o pai e que, teoricamente, toda a humanidade carrega.

Uma das finalidades deste capítulo foi, portanto, demonstrar de que forma o sentimento de culpa adquire paulatinamente maior importância nos estudos freudianos e de que maneira este atinge tal caráter de universalidade. Em 1913, temos, então, a afirmação de Freud de que o sentimento de culpa seria uma modificação da ansiedade neurótica, esta última reflexo da não realização de um desejo. Nesse sentido, começamos a nos questionar se todo neurótico, necessariamente, iria adquirir, em algum momento, esse sentimento em decorrência da transformação qualitativa deste afeto inicial.

Embora tenhamos nos esforçado em responder tal questionamento, chegamos à conclusão parcial de que, enquanto modificação de afeto, o sentimento de culpa só poderia ser inicialmente, ou em sua origem, inconsciente. O que não nos levou a conclusões concretas sobre o tema. Isto foi desenvolvido somente mais tarde quando no texto *O Eu e o Id*, Freud diferencia o sentimento de culpa inconsciente como aquele derivado do complexo de Édipo e o sentimento de culpa consciente como aquele resultante da tensão entre as instâncias psíquicas Eu e Super-eu.

Nos textos metapsicológicos, Freud introduz a noção de um agente que observa e mede o eu real do indivíduo a partir de um modelo de ideal. A forma como este processo ocorre é inicialmente descrita como a origem da consciência moral em que a introjeção das figuras parentais proporciona a instalação de um agente crítico responsável por gerar o sentimento de culpa quando o seu ideal não é alcançado. De forma geral, poderíamos considerar que, inicialmente, o medo do castigo dos pais seria o responsável por este sentimento de fracasso do eu real. Após esta introjeção, no entanto, esta relação seria decorrente do medo do Super-eu.

Um interessante exemplo deste tipo é o ódio que o melancólico sente de si mesmo. Um ódio, diz Freud (2010d), que é resultado da ambivalência de sentimentos que o indivíduo teve para com um objeto. Na medida em que este objeto é introjetado, o Eu o indivíduo torna-se parte deste objeto e recebe os instintos agressivos que seriam direcionados a este objeto, voltando-se contra o Eu. Este ódio que retorna ao próprio Eu é aquele que é responsável pela formação do Super-eu.

Em 1923, na elaboração da segunda topologia do aparelho psíquico, em que Freud (2011a) descreve a relação tópica entre as três instâncias que estariam atuantes no aparelho psíquico, o autor coloca que o Super-eu é fruto da identificação com os pais. Levando em conta o que estávamos descrevendo sobre a melancolia, podemos pensar que a agressividade que seria direcionada para este objeto volta-se então para o Eu. Mas não é apenas isto o que ocorre. Na realidade, a introjeção dos pais forma um ideal do eu o qual exerce uma censura moral em forma de consciência. Esta censura seria a responsável pela origem do sentimento de culpa.

Mais interessante ainda seria notar que tudo isso ocorre em uma determinada fase que é conhecida como complexo de Édipo. Em decorrência deste complexo, todos os indivíduos neuróticos terão introjetado suas figuras parentais e, com estas, formarão a consciência moral e, conseqüentemente, formarão em si o agente psíquico responsável por gerar o sentimento de culpa na medida em que o Eu não corresponda à suas exigências.

Ora, neste momento, chegamos, então, a duas conclusões decisivas para o nosso trabalho. A primeira delas revela a universalidade do sentimento de culpa e a segunda demonstra que este inicialmente é sempre inconsciente. No entanto, isto ainda não é tudo da explicação dada por Freud para o fenômeno. Ele ainda complementa de que forma ele se encontra presente na dinâmica do aparelho psíquico por meio de seus estudos com o masoquismo.

Neste ponto da teoria, Freud (2011b) desenvolve um ponto interessante para a nossa compreensão do fenômeno, na medida em que diz que o masoquismo ou a punição vem sempre como satisfação do indivíduo para o sentimento de culpa. E ainda acrescenta que a necessidade de castigo pode ser compreendida como um sinônimo do sentimento de culpa e permanece na vida dos indivíduos na medida em que os leva a fracassarem quando estes entram em contato com qualquer possibilidade de êxito.

Assim como o sentimento de culpa gerado no indivíduo neurótico é fruto do complexo de Édipo e do desejo de ter relações incestuosas com os pais, o castigo do masoquista perverso é o castigo pela relação genital proibida. Em menor grau, é também o que ocorre no

indivíduo neurótico. E pode ser potencializado na medida em que seus instintos agressivos que deveriam ser direcionados aos objetos externos são impedidos de serem descarregados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho nos foi possível perceber, tal como afirma Gellis e Hamud (2011, p. 635-636), que Freud constatou a importância do tema do sentimento de culpa em diversos momentos e situações:

mas não se preocupou em dedicar um estudo aprofundado e específico sobre a culpa. Entende-se que isso se deve ao fato de Freud não tê-la investigado diretamente, pois focava seu estudo nas neuroses e no inconsciente quando se deparou com expressões da culpa.

No entanto, mostramos nesta dissertação que não é necessário que nos esforcemos muito para nos depararmos com este tema no decorrer da obra freudiana. Pelo contrário, temos a impressão de que este adquire cada vez mais importância na psicanálise e isto é suposto pelo fato de que, aos poucos, este tema deixa de estar relacionado com algumas neuroses específicas (como é o caso da histeria e da neurose obsessiva), passando a estar presente em todos os indivíduos na medida em que, demonstra Freud, é constitutivo da vida em sociedade e do aparelho psíquico (por estarem relacionados com a sobrevivência da civilização e com a emergência do Super-eu). Este caráter universal e a importância da culpa na concepção freudiana se torna evidente na medida em que é também indissociável de temas como os da moral e da ética.

Debruçando-nos sobre a teoria psicanalítica freudiana, foi possível, portanto, a partir da trajetória teórica percorrida, sistematizar algumas conclusões em torno deste conceito. Dentre elas, podemos, de forma breve, enumerar os seguintes itens: a organização econômica do sentimento de culpa, a dinâmica envolvida pelo mesmo tema, a questão relativa à sua origem (que muito nos interessou neste percurso), a distinção entre sentimento de culpa consciente e sentimento de culpa inconsciente, a relação do sentimento de culpa com os desejos e com a ambivalência de sentimentos, a presença do sentimento de culpa nos indivíduos neuróticos, a relação deste sentimento com a origem da consciência moral e, por fim, a contribuição da segunda tópica freudiana para o entendimento do tema segundo um aspecto topográfico.

Sobre o primeiro desses aspectos, o aspecto econômico do sentimento de culpa, precisamos lembrar que este tema aparece, inicialmente, na teoria freudiana, associado com a neurose obsessiva. O sentimento de culpa é descrito economicamente, em toda a obra consultada, como um afeto. Na década de 1890, os estudos freudianos afirmam que este afeto é decorrente de um prazer sexual que desperta um desprazer e, a partir disso, se manifesta

como autorrecriações. Notamos, de imediato, a relação deste tema com o tema da moralidade uma vez que o desprazer despertado está relacionado com uma autocensura consequente da consciência, a qual só pode ser justificada por meio das tendências morais do eu de incentivar o recalque. Isto porque, por estar em oposição ao eu do indivíduo e, por apresentarem um aspecto repugnante para a consciência, as representações, inicialmente de prazer, são recalçadas, liberando o afeto de forma “pura” que, ao ligar-se a outras representações, torna-se sentimento de culpa.

No entanto, há também outra possível justificativa para a emergência do sentimento de culpa neste momento que não a que esta relacionada com a moralidade. Enquanto a primeira hipótese afirma que a vergonha e a moralidade agem como forças recalçadoras que impulsionam o rechaçamento do prazer inicial despertado no indivíduo, a segunda hipótese descreve uma liberação do desprazer na vida sexual como parte da natureza do próprio indivíduo (ou seja, interna), que ativam a repugnância e a moralidade para a posterior emergência da culpa. Com esta discussão sobre a moralidade ser anterior ou posterior ao sentimento de desprazer que se torna sentimento de culpa, podemos nos perguntar se o sentimento de culpa seria decorrente da cultura ou próprio da natureza humana. Sobre isso, Freud afirma, em 1923, que:

Em geral a situação é vista como se a exigência moral fosse o elemento primário e a renúncia instintual, a sua consequência. Mas assim continua sem explicação a origem da moralidade. Na realidade parece ocorrer o inverso; a primeira renúncia instintual é forçada por poderes externos, e apenas então ela cria a moralidade, que se expressa na consciência e exige nova renúncia instintual. (2011a, p. 202)

Esta discussão se estende ao momento da teoria em que o sentimento de culpa aparece como consequência da internalização dos pais na fase do complexo de Édipo. Neste momento, é necessário que fique claro, por meio de nosso trabalho, que esta visão econômica do sentimento de culpa como afeto se mantém, como vimos no capítulo 3 deste trabalho, até os textos de 1915 (*O Inconsciente*), justificando a existência do sentimento de culpa como uma modificação qualitativa deste afeto. Neste último período, Freud define os afetos e as emoções como processos correspondentes a descargas, cujas manifestações finais podem ser percebidas como sentimentos. Ou seja, definimos aqui, em essência, que o sentimento de culpa deve ser, *a priori*, entendido como afeto e, por isso, correspondente a processos de descarga.

Retomando a questão referente à origem deste afeto ou, dizendo de maneira diferente, a origem do próprio sentimento de culpa, encontramos nos textos sobre masturbação uma tentativa, por parte de Freud, de atribuir, inicialmente, à origem do sentimento de culpa

instintos sexuais relacionados com a atividade masturbatória. Neste período o tema da sexualidade infantil estava começando a se desenvolver e são esses impulsos, os sexuais, que são vistos como aqueles que devem ser mandados para fora do sistema consciente, ou seja, recalçados. Mais tarde, a fonte dos impulsos que devem ser rechaçados é generalizada para tudo aquilo recriminado socialmente e que, mesmo assim, permanece existindo internamente nesses indivíduos. Nesse sentido, Freud diz que “se formos julgados por nossos desejos inconscientes, somos um bando de assassinos” (2010e, p. 243). O que nos permite afirmar que, até este momento, o sentimento de culpa pode ser compreendido como um descompasso entre a civilização e as forças pulsionais dos indivíduos os quais são impedidos de alcançar satisfação diante do que se coloca como normativo na sociedade.

Esta é a premissa que encontramos em textos como *Totem e Tabu*, em que o mito da horda primeva nos permite supor sobre a origem da consciência moral dos indivíduos, aquela que permanece exigindo renúncias instintuais continuamente uma vez que o desejo não pode ser satisfeito<sup>12</sup>. Nesse sentido, Freud afirma que a consciência moral surge após o parricídio que outrora fora proibido pelo pai da horda. Sendo assim, consideramos que, como Freud havia dito em *O Eu e o Id* (2011a), a moralidade e o sentimento de culpa parecem vir, inicialmente, como consequência de uma proibição externa e não de uma consciência moral interna. A emergência da moralidade nestas formas de organizações iniciais só aparece em função da culpa primordial decorrente desta transgressão considera, por Freud, a primeira da humanidade.

A partir daí o restante da humanidade passa a carregar esta culpa apresentando, juntamente com os desejos de incesto e parricídio, uma consciência moral que impede estes desejos de serem satisfeitos<sup>13</sup>. Freud conclui que estes desejos são resultados de um “conflito ligado à ambivalência” (2010e, p.245), os quais originam não somente a doutrina da alma e a ética, mas sim a neurose. O conceito de ambivalência aparece, portanto, em 1913, possibilitando um fechamento a esta teoria freudiana do sentimento de culpa. Isto porque o conceito de ambivalência engloba impulsos hostis e afetuosos que conflitam entre si, passando a ser compreendido, este conflito, como a origem do sentimento de culpa e também da consciência moral.

---

<sup>12</sup> Observamos que até este momento, estamos considerando ainda que a renúncia vem como consequência da moralidade.

<sup>13</sup> Neste ponto podemos chamar a atenção do leitor para a equivalência que pode ser realizada entre tal explicação fornecida pela psicanálise e também aquela descrita no primeiro capítulo deste trabalho quando propomos definir o sentimento de culpa a partir de uma abordagem religiosa.



Assim como, no caso das representações incompatíveis, tínhamos representações que se tornariam inconsciente em função de sua oposição com o eu, a consciência moral surge em função de rejeitarmos certos desejos existentes em nós mesmos. Neste caso, poderíamos exemplificar dizendo que rejeitamos os impulsos hostis ou afetuosos relativos ao mesmo objeto por não suportarmos conscientemente esta ambivalência de sentimentos em relação ao mesmo objeto. O que nos permite concluir que a consciência moral e o processo de recalque de certos desejos, posteriores à ambivalência, participam de um mesmo processo no qual encontramos a emergência do sentimento de culpa.

O modo exato o qual esse conflito que dá origem ao sentimento de culpa ocorre é algo que pode ser esclarecido quando alcançamos a segunda topologia do aparelho psíquico. Nesta, o sentimento de culpa é compreendido também como decorrente de um conflito, mas, segundo esta explicação topográfica, por meio de um agente que observa e mede o eu real do indivíduo a partir de um modelo de ideal. Neste sentido, encontramos que o sentimento de culpa é compreendido como uma tensão entre o Eu e o Super-eu.

Esta tensão só pode ocorrer, no entanto, mediante a formação dessas instâncias psíquicas. Vimos neste trabalho que o Eu é formado na medida em que o Id entra em contato com a realidade externa. O Super-eu, por outro lado, só pode emergir mediante a introjeção das figuras parentais que proporcionam a instalação desse agente crítico que se torna responsável por gerar o sentimento de culpa quando o seu ideal não é alcançado.

Para compreender melhor esta explicação, retornamos ao que foi estudado no capítulo 3 deste trabalho. No início do processo de desenvolvimento de uma criança, temos, então, exigências externas de renúncia a seus desejos. Inicialmente, o medo do castigo dos pais, assim como o medo de perder o seu amor, é o responsável pela renúncia e também pelo sentimento de fracasso do Eu. Na fase do complexo de Édipo, no entanto, esta tensão se torna tão grande que só é possível à criança sair dessa fase com o processo de identificação dessas figuras parentais no qual estas são introjetadas, formando, assim uma nova instância, o Super-eu. Após esta introjeção, o afeto relacionado com o medo de não acatar com as renúncias, agora impostas pela moralidade do indivíduo, decorrem do medo do Super-eu. E o sentimento de culpa, como já dito, é resultado da tensão entre essa instância e o Eu. Este processo retoma o que havíamos falado anteriormente em que Freud diz, em *O Eu e o Id*, que a primeira renúncia instintual deve ser forçada por poderes externos, o que permite criar a moralidade a qual se expressa como consciência moral e exige novas renúncias instintuais do indivíduo.

Com a moralidade internalizada não é necessário que haja uma transgressão para que o sentimento de culpa apareça<sup>14</sup>. Basta, neste segundo momento, que haja o desejo e, dessa forma, que o Eu perceba este desejo não aceito para que o afeto transformado qualitativamente em sentimento de culpa e aguarde a de punição.

Por fazer parte do desenvolvimento psíquico de todo indivíduo neurótico, o complexo de Édipo, a posterior instalação da moralidade e a conseqüente emergência do sentimento de culpa, passam a estarem presentes e serem revividos individualmente de maneira universal nos indivíduos neuróticos. Todos eles, supõe-se, terão introjetado suas figuras parentais e, com estas, formarão o Super-eu e a consciência moral, permitindo emergir em si o agente psíquico responsável pelo desenvolvimento do sentimento de culpa e, estando, assim, todos suscetíveis ao mesmo e as suas conseqüências.

As conseqüências, relacionadas ao aspecto dinâmico do sentimento de culpa, vimos, neste trabalho, aparecem nos textos de Freud desde 1907 associadas com a autopunição. Nos textos iniciais, Freud diz que o sentimento de culpa se origina de uma representação inconsciente a qual se soma a expectativa, ou angústia expectante, de punição. No decorrer das obras completas, Freud propõe que diferentes manifestações obedecem a esta demanda punitiva do sentimento de culpa e que esta vem sempre como satisfação para este sentimento. Mais tarde, em 1924, Freud (2011b) diz que o sentimento de culpa equipara-se a necessidade de punição do indivíduo, dizendo que a necessidade de castigo pode ser compreendida como um sinônimo do sentimento de culpa e permanece na vida dos indivíduos na medida em que os leva a fracassarem quando estes entram em contato com qualquer possibilidade de êxito.

Retornando, pois, à questão referente à origem do sentimento de culpa, indagamo-nos sobre ser este, em sua origem consciente ou inconsciente, visto que a palavra *sentimento* parece envolver um fenômeno sempre consciente. Sobre isso, em 1909, Freud diz que todo sentimento de culpa apresenta em sua origem um motivo inconsciente, portanto. Esta concepção é mantida nos textos de 1913 até os textos de 1923, em que Freud discute a origem (inconsciente) daquilo que denominamos consciência moral e do Super-eu. No entanto, este ponto é esclarecido em *O Eu e o Id* (2011a) em que Freud diferencia o sentimento de culpa inconsciente como aquele derivado do complexo de Édipo e o sentimento de culpa consciente como aquele que é resultado da tensão entre as instâncias psíquicas Eu e Super-eu. É necessário ainda lembrar que o termo *sentimento inconsciente de culpa* faz referência ao

---

<sup>14</sup> Em *O Mal-Estar na Civilização*, Freud (2010a) afirma que a culpa anterior à internalização da moralidade só aparece em decorrência da transgressão.

representante psíquico original da culpa que fora recalcado e, por isso, não pode ser acessado pelo sistema consciente do indivíduo.

Com os conhecimentos econômicos, topográficos e dinâmicos que alcançamos com este trabalho, chegamos a um ponto essencial, a saber, descobrimos de que forma o sentimento de culpa adquire, na teoria freudiana, um caráter universal e presente na dinâmica de todos os indivíduos. Os desejos inconscientes de parricídio e de incesto, a ambivalência e outros desejos proibidos pela moral, encontram-se presentes em todos de forma inconsciente e encontram-se associados à origem do sentimento de culpa. Além disso, temos ainda o complexo de Édipo, fase do desenvolvimento dos indivíduos, e a origem da moralidade, da consciência moral e a introjeção do agente psíquico conhecido como Super-eu, que também se associam à questão da culpa.

Nesse sentido, é possível compreender que a culpa, no estado subjetivo do indivíduo, serve de baliza aos atos e intenções dos indivíduos, apontando também a uma posição no laço social. Embora não tenhamos nos aprofundado, neste trabalho, na questão referente ao sentimento de culpa nos textos sociais, fica claro, desde o início de nossas discussões que o social encontra-se diretamente relacionado com o individual. Na própria concepção do desenvolvimento do complexo de Édipo isso pode ser compreendido uma vez que a culpa relaciona-se também com a constituição do sujeito o qual, por sua vez, está o tempo todo em contato com a realidade externa (inicialmente refletido nas figuras parentais e, mais tarde, na formação do Super-eu).

Tentamos elencar, a partir disso, o questionamento segundo o qual o sentimento de culpa faria parte da natureza do ser humano, uma vez que estamos todos submetidos a atingir a fase do complexo edípico ou se, por outro lado, o sentimento de culpa é manifestação de um descompasso entre a civilização e a força pulsional do sujeito que busca alcançar a satisfação diante do que se coloca como normativo, ou seja, algo imposto pelo mundo externo e, portanto, construído socialmente. Em outras palavras, vivemos com a culpa em função de nossa existência em relação ao social ou a culpa faria parte da nossa essência e, mesmo se não vivêssemos nessas formas de organização, estaríamos, de qualquer forma, submetidos a este afeto qualitativamente modificado? O que está na origem do sentimento de culpa é o individual ou o social?

Devemos ter claro, no entanto, que esta forma de propor tal problema parte de um ponto de vista moderno em que há uma separação na relação sujeito e objeto especular. Notamos, no entanto, que, de alguma forma, Freud tenta superar esta posição na medida em que descreve a importância da orientação do desejo na percepção, não permitindo que a visão

de um eu substancial e um mundo substancial sejam colocados como obstáculo na formação do indivíduo.

A esse respeito podemos dizer que o que Freud descreve em linguagem metapsicológica é que o processo de constituição/formação do aparelho psíquico envolve os dois aspectos. Por um lado é preciso levar em consideração que o mundo interno do sujeito é construído a partir de relações sociais vividas por este e, por outro, entendemos que as formas de organização sociais são reflexos das necessidades desses indivíduos. Sendo assim, sempre temos um objeto auxiliar, um outro, que permite o desenvolvimento individual do psiquismo.

Esta ideia, portanto, sugere uma solução para o problema colocado anteriormente como dois pólos na medida em que demonstra que o sentimento de culpa parece envolver o processo de constituição psíquica dos indivíduos no contato com o mundo externo, sendo ambos parte desse processo fundamental e determinante.

Talvez a solução que o sentimento de culpa encontre nesta rede intrasubjetiva seja o de que ele não pode ser encontrado nem no indivíduo, nem no social. Na verdade, não deve haver um problema colocado como ontologia dos opostos. O próprio processo dialético de entendimento da subjetividade sugere a abolição dos polos. Há dois momentos que podem ser rastreados: a moral e o indivíduo, no entanto, a constituição do eu, da moralidade e a emergência do sentimento de culpa ocorrem como no movimento de um pêndulo. Ou seja, o modelo dentro-fora fracassa se tentamos apontar a origem do sentimento de culpa.

Sendo assim, para encerrar este trabalho parafraseamos Monzani (1989) afirmando que, em primeiro lugar, este projeto não teve a pretensão de ser exaustivo visto que apenas algumas questões em torno do tema foram selecionadas, focalizando pontos que poderiam ter sido estendidos. Em segundo lugar, este trabalho não se fez uma análise que se entendesse completa e definitiva. Sendo assim, os resultados aos quais chegamos, parecem ter sido insignificantes em relação ao volume de discussão possível ao tratarmos deste tema, no entanto, ao focalizar o desenvolvimento deste conceito dentro do pensamento do autor, pretendemos ter, pelo menos, fornecido subsídios para posteriores pesquisas e discussões.

## REFERÊNCIAS

- Agostinho, S. (1969). Del Génesis a la Letra. In: S. Agostinho. *Obras Completas de San Agustín*. Madrid: Editorial Católica, BAC.
- Agostinho, S. (1971). Tratados sobre la Gracia. In: S. Agostinho. *Obras completas de San Agustín*. Madrid, Editorial Católica, BAC.
- Balbi, L. M. (1996) Sobre o Sentimento de Culpa: uma leitura do mal estar [Versão eletrônica]. *Revista do Departamento de Psicologia – UFF* 8(1).
- Benedict, R. (2002). *O Crisântemo e a Espada*. São Paulo: Perspectiva.
- Bocca, F. V. (2011, out./dez.). Histeria: primeiras formulações teóricas de Freud. *Psicologia USP*, 22 (4), 879-906.
- Calvalcante, G. M. (2006). *Um Estudo Freudiano de Pulsão de Morte*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Corrêa, C. P. (1998). A Culpa Original do Ser. In: A. F. R. da Silva (org.). *Culpa: aspectos psicanalíticos, culturais e religiosos* (pp. 35-42). São Paulo: Iluminuras.
- Cunha, A. G. da. (2007). *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital.
- Cunha, J. A. (1970). *Dicionário de Termos de Psicanálise de Freud*. Porto Alegre: Globo.
- Dodds, E. R. (2002). *Os Gregos e o Irracional*. São Paulo: Escuta.
- Féres, N. R. (1998). Lei, Culpa e Direito. In: A. F. R. da Silva (Org.). *Culpa: aspectos psicanalíticos, culturais e religiosos* (pp. 135-151). São Paulo: Iluminuras.
- Ferreira Netto, G. A. (1998). Sentimento de Culpa e Religião. In: A. F. R. da Silva (org.). *Culpa: aspectos psicanalíticos, culturais e religiosos* (pp. 71-82). São Paulo: Iluminuras.
- Folberg, M. N. (1987). Cultura, mal-estar e psicanálise. *Arquivos Brasileiros de Psicologia* 39(2), 18-28.
- Freud, S. (1991a). Las Neuropsicosis de Defensa. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 3, pp. 41-68). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1894).
- Freud, S. (1991b). Nuevas Puntualizaciones sobre las Neuropsicosis de Defensa. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 3, pp. 157-184). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1896).

- Freud, S. (1991c). Contribuciones para un Debate sobre el Onanismo. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 12, pp. 247-264). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1912).
- Freud, S. (1991d). Tótem y Tabú. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 13, pp. 1-164). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1991e). El Interés por el Psicoanálisis. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 13, pp. 165-192). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1913).
- Freud, S. (1992a). Más Allá del Principio de Placer. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 18, pp. 1-62). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1920).
- Freud, S. (1992b). El Malestar em la Cultura. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 21, pp. 57-140). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1930).
- Freud, S. (1992c). Acciones Obsesivas y Prácticas Religiosas. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 9, pp. 97-110). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1907).
- Freud, S. (1992d). Tres Ensayos de Teoría Sexual. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 7, pp. 109-224). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1905).
- Freud, S. (1992e). Un Caso de Curación por Hipnosis. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 1, p. 147-162). Buenos Aires: Amorrortu. (Originalmente publicado em 1892-1893).
- Freud, S. (1992f). A Propósito de un Caso de Neurosis Obsesiva. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 10, p. 119-194). Buenos Aires: Amorrortu. (Original publicado em 1909).
- Freud, S. (1996a). Sobre o Narcisismo: uma introdução. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. XIV, pp. 77-110). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (1996b). O Ego e o Id. In: S. Freud. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (vol. XIX, pp. 15-82). Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1923).
- Freud, S. (2010). O Mal-Estar na Civilização. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 18, pp. 13-122). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1930).
- Freud, S. (2010b). O Inconsciente. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 12, pp. 99-150). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010c). Introdução ao Narcisismo. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 12, pp. 13-50). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1914).
- Freud, S. (2010d). Luto e Malancolia. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 12, pp. 170-194). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1917).

- Freud, S. (2010e). Considerações Atuais Sobre a Guerra e a Morte. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 12, pp. 209-246). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010f). Alguns Tipos de Caráter Encontrados na Prática Psicanalítica. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 12, pp. 253-286). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1916).
- Freud, S. (2010g). “Batem Numa Criança”: contribuição ao conhecimento da gênese das perversões sexuais. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 14, pp. 293-327). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1919).
- Freud, S. (2010h). História de Uma Neurose Infantil (“O Homem dos Lobos”). In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 14, pp. 13-160). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1918 [1914]).
- Freud, S. (2010i). Caminhos da Terapia Psicanalítica. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 14, pp. 279-292). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1919).
- Freud, S. (2011a). O Eu e o Id. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 16, pp. 13-74). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1923).
- Freud, S. (2011b). O Problema Econômico do Masoquismo. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 16, pp. 184-202). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1924).
- Freud, S. (2011c). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 15, pp.13-113). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1921).
- Freud, S. (2011d). Observações Sobre a Teoria e a Prática da Interpretação dos Sonhos. In: S. Freud. *Obras Completas* (vol. 16, pp. 300-317). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1923).
- Garcia-Roza, L. A. (1991). *Introdução à Metapsicologia Freudiana* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Zahar.
- Gaspar, T. R. (2007). O Sentimento de Culpa e a Ética em Psicanálise [Versão eletrônica]. *Psyche, São Paulo*, 20(11), 47-65 .
- Gellis, A. & Hamud, M. I. L. (2011). Sentimento de Culpa na Obra Freudiana: universal e inconsciente [Versão eletrônica]. *Psicologia USP*, 22(3), 635-654.
- Hanns, L. A. (1996). *Dicionário Comentado do Alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
- Iatauro, C. B. (2005). *Um Estudo sobre a Culpa na Neurose Obsessiva na Teoria Freudiana*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Kaufmann, P. (1996). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.

- Laplanche, J.; Pontalis, J. (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Leite, S. de C. (2001). Desamparo, Culpa e Coragem na Cultura Contemporânea: alguns apontamentos [Versão eletrônica]. *Tempo Psicanalítico* 33, 137-153.
- Loos, H.; Ferreira, S. P. A. & Vasconcelos, F. C. (1999) Julgamento Moral: estudo comparativo entre crianças institucionalizadas e crianças de comunidade de baixa renda com relação à emergência do sentimento de culpa [Versão eletrônica]. *Psicologia Reflexão e Crítica* 12(1), 47-69.
- Macedo, L. de (1994). *Ensaio construtivistas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Masson, J. M. (1986). *A Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)*. Rio de Janeiro: Imago.
- Mijolla, A. de. (2005). *Dicionário Internacional da Psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Imago.
- Monzani, L. R. (1989). *Freud: o movimento de um pensamento* (2a ed.). Campinas: Editora da UNICAMP.
- Oliveira, A. M.; Castro, E. G. (2009, abr./jun.). Entre Deus, a Culpa e o Pecado. *Psico PUCRS*, 40 (2), 253-259.
- Piccini, A. M. (1983) O Criminoso por Sentimento de Culpa [Versão eletrônica]. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 17(2), 173-199.
- Ribeiro, L. M. C.; Lucero, A.; Gontijo, E. D. (2008, jan./jun.). O *Ethos* Homérico, a Cultura da Vergonha e a Cultura da Culpa. *Psychê*, 12 (22), 125-138.
- Rinaldi, D. (2001). Culpa e Angústia: algumas notas sobre a obra de Freud. In: U. T. Peres. (Org.) *Culpa* (pp. 193-200). São Paulo: Escuta.
- Scliar, M. (2007). *Enigmas da Culpa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Segre, C. D. (2003) Culpa na Clínica: apresentação de três casos [Versão Eletrônica]. *Revista Médica de Minas Gerais*, 13(1), 46-53.
- Silva, A. F. R. da. (1998). *Culpa: aspectos psicanalíticos, culturais e religiosos*. São Paulo: Iluminuras.
- Singh, K. (2005). Culpa. In: K. Singh. *Conceitos da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Ediouro; São Paulo: Segmento-Duetto.
- Teixeira, M. do R. (2001). A Culpa na Modernidade. In: U. T. Peres. (org.). *Culpa* (pp. 221-226). São Paulo: Editora Escuta.